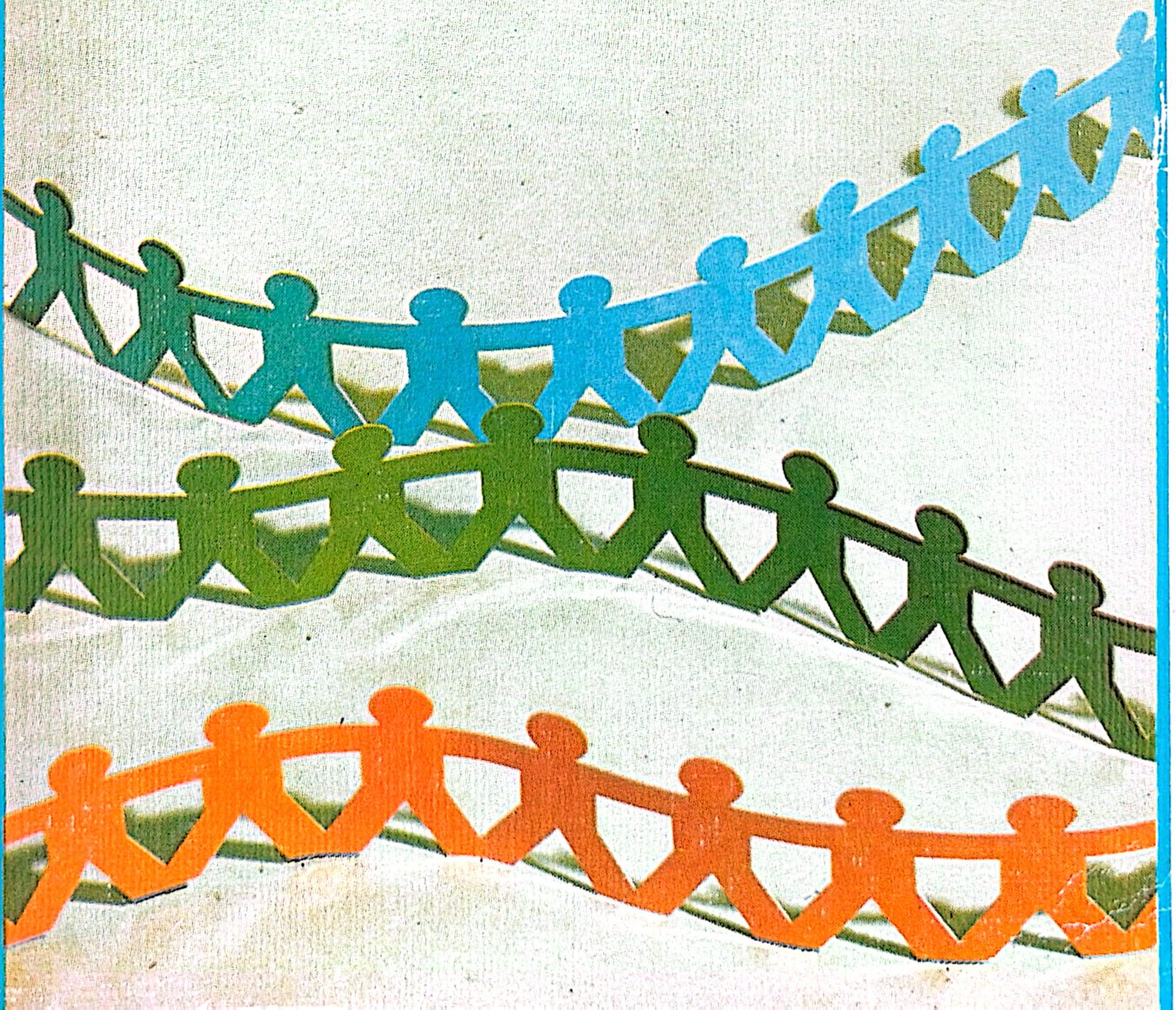
abc DOS CONHECIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

QUE SÃO os Sindicatos?

E. UTKINE



EDIÇÕES PROGRESSO

ABC dos Conhecimentos Sociais e Políticos

E. Utkine

QUE SÃO OS SINDICATOS?

Edições Progresso · Moscovo

1990

Tradução de *I. Chaláguina*

Revisão de *Paula Costa do Campo Milakova*

Redactores de colecção: Vólkov F. M. (redactor-chefe), Gúbski E. F. (redactor-chefe adjunto), Burlátski F. M., Zótov V. D., Krapívine V. V., Popov Iú. N., Sóbolev V. V., Iurlov F. N.

АВС СОЦИАЛЬНО-ПОЛИТИЧЕСКИХ ЗНАНИЙ

Уткин Э.

ЧТО ТАКОЕ ПРОФСОЮЗЫ?

на португальском языке

© Edições Progresso, 1989

Impresso na URSS

У $\frac{1001000000\text{-}131}{014(01)\text{-}89}$ 164-89

ISBN 5-01-001270-7

I. OS SINDICATOS: A SUA FORMAÇÃO E PAPEL NA SOCIEDADE

Acerca da história da criação

As premissas para a formação da classe operária começaram a criar-se no seio da sociedade feudal, com o aparecimento, nos séculos XIV—XV, dos primeiros germes do modo de produção capitalista no continente europeu. No entanto, até ao século XVI, os operários assalariados constituíam uma parte insignificante da população. O desenvolvimento do sistema de trabalho assalariado estava ligado ao processo de acumulação original do capital, que se iniciou, primeiro, na Inglaterra (fins do século XV — começos do XVI) e, depois, também em outros países. Este processo tinha por base a expropriação coercitiva da terra ao campesinato e o aparecimento do

mercado de força de trabalho livre para a manufactura capitalista em desenvolvimento. Os camponeses privados de terra e os artesãos deram origem ao proletariado manufactureiro. No entanto, os operários manufactureiros ainda não eram proletários no sentido exacto da palavra, porque possuíam alguns instrumentos de produção e tinham relações mais ou menos patriarcais com os seus patrões. Nesta etapa de desenvolvimento social, "os operários formam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência" [1].

Com o aparecimento das relações capitalistas começa a luta dos operários contra a exploração capitalista, luta que no período manufactureiro só se manifestava em actos isolados, revoltas espontâneas ou greves isoladas.

Foi neste período que passaram a surgir os sindicatos como defensores dos operários na sua luta pela subida do nível de vida e por melhores condições de trabalho.

A criação das uniões profissionais (sindicatos) foi "um gigantesco progresso da classe operária no começo do desenvolvimento do capitalismo, como passagem da dispersão e da impotência dos operários aos *rudimentos* da união de classe" [2].

Forçado pelas próprias condições de vida a lutar, o proletariado durante muito tempo esteve

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições "Avante!" — Lisboa, Edições Progresso — Moscovo, 1982, t. I, p. 114.

[2] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições Progresso — Moscovo, Edições "Avante!" — Lisboa, 1982, t. 3, p. 300.

alheado dos seus interesses de classe e da sua oposição aos interesses da burguesia. Procurando mudar as condições sociais, os operários dirigiam a sua cólera contra as máquinas, nas quais viam a fonte dos seus males. Tal era, por exemplo, o movimento dos luddites, participantes nas revoltas populares espontâneas na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e começos do século XIX, que, em virtude da consciência de classe atrasada do proletariado, assumiu o carácter de motim contra as máquinas. Em resposta à brutal exploração, os operários destruíam as máquinas. No entanto, a vida convencia os operários de que a causa não residia nas máquinas, mas no regime social que as utilizava para o enriquecimento dos empresários. Os motins contra as máquinas cederam lugar à luta contra os capitalistas nas empresas isoladas. Mas os operários ainda não viam nos capitalistas os seus inimigos de classe e lutavam contra alguns deles como pessoas más. Só paulatinamente, com o desenvolvimento do capitalismo e no processo da luta de classe, o proletariado compreendeu quem eram os seus verdadeiros inimigos, tomou consciência dos seus interesses de classe e da sua oposição aos interesses da classe dominante.

No século XIX activizaram-se as lutas do proletariado contra a burguesia na Europa. Em 1831, em Lião (França), teve lugar uma revolta de operários que foi cruelmente esmagada pelas tropas governamentais. Mas em 1834, Lião foi de novo o centro da revolta. As revoltas de Lião revelaram as potencialidades revolucionárias do

proletariado. Na Inglaterra, o país mais desenvolvido naquela época e onde, mais do que em outros países se verificavam crises de superprodução, a luta do proletariado contra a burguesia transformou-se em "o primeiro movimento proletário revolucionário amplo, realmente de massas, politicamente organizado, o cartismo" — assinalava Lénine [1].

A Alemanha do século XIX atrasava-se no sentido económico dos países avançados da Europa e encontrava-se na véspera da revolução burguesa. Em meados do século XIX, a situação mudou: o proletariado já era uma força política importante que a burguesia era obrigada a ter em conta. Em Junho de 1844, teve lugar na Silésia a revolta dos tecelões contra os empresários. Na repressão da revolta participaram grandes forças militares. Os revoltados foram derrotados. No entanto, a revolta teve uma enorme importância política. Mostrara que na luta revolucionária aberta contra os exploradores entrara uma força nova: a crescente classe operária. Assim, nos anos 40 do século XIX, em todos os países desenvolvidos da Europa, o movimento operário já tinha atingido um certo nível de desenvolvimento e acumulara experiência.

A comunidade de interesses unia objectivamente os operários na sua luta. A exploração impiedosa tornava-o inevitável. As condições de vida dos operários eram, naquela época, muito duras. O salário médio dos operários nos anos 40—60 do século passado era inferior ao existente 100 anos antes. A jornada de trabalho era de 13—16 horas. Os patrões não se preocupavam em criar condições de trabalho normais. Não havia férias pagas nem um dia de descanso por semana garantido. Os trabalhadores eram obrigados a comprar produtos a preços elevados e de baixa qualidade nas lojas da fábrica.

Os operários não tinham o direito de criar suas organizações nem de recorrer à greve. Esta era considerada um crime e o prejuízo causado ao patrão era compensado à custa dos operários. Os contratos colectivos entre os operários e empresários era uma coisa rara.

Tal situação da classe operária tornava necessária a criação de organizações próprias que defendessem os interesses dos trabalhadores. As primeiras organizações do proletariado surgiram na Inglaterra no fim do século XVIII, quando começou a passagem da manufactura à produção mecânica. A ruína em massa do campesinato inglês contribuiu para este processo.

As primeiras organizações operárias na Inglaterra eram simples associações de ajuda mútua. Mas o próprio facto da formação destas organizações operárias, denominadas coligações, teve particular importância, pois convencia os operários da possibilidade e necessidade de actuar em conjunto. Eles passaram a criar uniões provisórias secretas para a organização de greves, que se dissolviam depois da sua realização. Mas a prática revelou aos operários que as uniões

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Seis Tomos*, Edições Progresso — Moscovo, Edições "Avante!" — Lisboa, 1985, t. 4, p. 236.

temporárias não podiam resolver os seus problemas básicos e que eram necessárias organizações permanentes que deveriam servir de escudo sólido na luta contra a burguesia.

Depois de aprovada na Inglaterra, em 1824, a lei que permitia aos operários constituir associações, o processo de formação dos sindicatos teve um novo impulso. O seu objectivo principal consistia em defender os interesses económicos dos operários. A prática demonstrara que só com acções organizadas e conjugadas era possível arrancar concessões ao capital. Os sindicatos eram como que uma escola de luta económica, escola em que o proletariado tomava consciência dos seus interesses de classe. Os sindicatos passaram a apresentar cada vez mais frequentemente não só as reivindicações económicas, como também políticas.

A burguesia opunha uma resistência furiosa ao aumento da influência e da força dos sindicatos, tentando impedir a união dos operários e pôr os sindicatos sob o seu controlo.

No *Manifesto do Partido Comunista* (1848), documento programático da primeira organização comunista internacional, assinalava-se que a organização dos proletários em classe se vê destruída a cada momento pela concorrência entre os próprios operários. A burguesia procurava agravar esta concorrência, formando grupos de operários privilegiados para os opor aos demais. Nos anos 50—70 do século XIX, os sindicatos, designadamente na Inglaterra, integravam só os operários mais qualificados e estruturavam-se segundo o princípio corporativo. Eram organizações fechadas, de casta, em que os operários de baixa qualificação não podiam entrar. Isto desunia os operários e impedia a organização da luta grevista em grande escala. O objectivo principal destes sindicatos era melhorar as relações entre o trabalho e o capital no quadro das relações de produção capitalistas. Caracterizavam-se pela estreiteza corporativa e política de conciliação entre o proletariado e a burguesia.

Como resultado do ascenso do movimento operário na Inglaterra nos finais da década de 80 do século XIX, começaram a formar-se novos sindicatos, principalmente de operários não qualificados. Os novos sindicatos activizaram a luta grevista, lutando pela legislação laboral e, em particular, pela jornada de 8 horas de trabalho.

O movimento sindical ganhava força e alargava-se. A I de Maio de 1886, uma onda de greves e manifestações alastrou os EUA. Em Chicago a greve foi quase geral. Os operários brutalmente explorados exigiam o melhoramento das condições de trabalho e o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho. Em Chicago, a polícia reprimiu cruelmente os participantes na manifestação de massas. Alguns operários foram entregues ao tribunal e executados e muitos foram condenados a longos anos de prisão. Os acontecimentos de Maio nos EUA mostraram aos trabalhadores de todo o mundo a necessidade da união militante do proletariado de todos os países para a luta contra o capitalismo. Desde então, o Pri-

meiro de Maio passou a ser celebrado como dia de manifestação das forças revolucionárias do proletariado internacional.

Nos anos 90, registou-se um crescimento impetuoso do número de membros dos sindicatos. Se no começo dos anos 70 congregavam várias centenas de milhar de pessoas, em 1897 o número de filiados atingiu 3,5 milhões. A criação de centrais sindicais nacionais na Alemanha, Áustria, Hungria, Suécia, França e Itália foi um importante passo para a coesão do proletariado.

O poderoso ascenso do movimento sindical e o seu carácter de classe asseguraram a ligação do movimento operário à teoria científica do socialismo. Os fundadores do marxismo, Marx, Engels e, mais tarde, Lénine, demonstraram que o processo social tem por base a produção material que se desenvolve segundo leis independentes da vontade e da consciência dos homens. A análise materialista da história da Humanidade permitiu considerá-la como o processo de desenvolvimento progressivo e natural da sociedade. A doutrina marxista mostra que a sociedade passa sucessivamente por determinadas etapas no seu desenvolvimento: a comunidade primitiva, o regime escravista, o feudalismo e o capitalismo. O comunismo é a fase superior do desenvolvimento da sociedade. O carácter natural deste processo significa que a passagem para a sociedade comunista é uma inevitabilidade histórica, o único meio de solução real das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Esta passagem só pode ser realizada como resultado da luta de classe que o proletariado trava contra a burguesia.

Marx e Engels revelaram a natureza económica do modo de produção capitalista e a essência da exploração da classe operária, mostraram que as transformações económicas são necessárias para a libertação do proletariado e, com ele, de todos os trabalhadores do jugo do capital. A luta revolucionária passou a ser concebida como uma exigência inevitável das leis do desenvolvimento económico e social.

A força social real, capaz de realizar a transformação revolucionária da sociedade, é engendrada pelo próprio capitalismo. Esta força é o proletariado, a classe dos operários assalariados, privados da propriedade dos meios de produção e obrigados, para subsistir, a vender a sua força de trabalho.

Na etapa do imperialismo, agravaram-se todas as contradições do capitalismo. A tarefa da união da classe operária tornou-se mais difícil, visto que o número de operários cresceu em 1914 para 70 milhões, mas só cerca de 20% deles estavam sindicalizados.

Nesta etapa, registou-se a cisão do movimento operário, causada pelo aumento da aristocracia operária que servia de elo de transmissão da influência da burguesia. À medida que aumentava o número das organizações proletárias de massa, os capitalistas aplicavam diversos meios e formas de suborno dos seus dirigentes. Ao mesmo tempo, a burguesia para desunir os operários praticava a táctica de formação e de apoio aos sindicatos

que aplicassem uma política vantajosa aos monopólios e que limitassem os objectivos do movimento operário à luta por condições mais vantajosas na venda da força de trabalho.

Nalguns países ocidentais, como a Inglaterra, França, Alemanha e EUA, os sindicatos surgiram antes dos partidos políticos da classe operária. Por isso, foram influenciados pelo reformismo, negavam a necessidade das transformações revolucionárias, manifestavam-se pela colaboração entre classes, e procuravam transformar o capitalismo em sociedade da justiça social por meio de reformas.

Na Rússia, os sindicatos surgiram depois da criação do partido marxista da classe operária e o processo de formação sindical desenvolveu-se sob a sua direcção directa. Os sindicatos da Rússia não ficaram à margem da política. Conduzindo a luta económica, procuravam resolver também problemas políticos. O guia do proletariado revolucionário, V. I. Lénine, pronunciava-se contra a neutralidade dos sindicatos e a sua não ingerência na política. No artigo *A Neutralidade dos Sindicatos* (1908), Lénine assinalava: "Todo o nosso partido reconheceu agora, portanto, que é necessário realizar o trabalho nos sindicatos não no espírito da neutralidade, mas no espírito da sua maior aproximação possível com o partido social-democrata" [1], partido revolucionário do proletariado da Rússia. Lénine frisava que a táctica dos sindicatos consiste em combinar os

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, t. 16, p. 427.

diversos métodos de luta, em passar habilmente de um método para outro, em elevar constantemente a consciência das massas e alargar as suas acções colectivas, cada uma das quais pode ser ou ofensiva, ou defensiva.

Graças à defesa coerente dos interesses da classe operária, o partido revolucionário marxista da Rússia, que estava intimamente ligado ao movimento operário e introduziu nele a consciência socialista, granjeou prestígio entre os sindicatos. O partido enviava seus melhores representantes para trabalharem nas massas, nos sindicatos. As palavras de ordem lançadas pelo partido respondiam às aspirações dos trabalhadores. Por exemplo, nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914—1918), o partido revolucionário marxista pronunciava-se pela cessação da sangrenta guerra imperialista, o que correspondia aos interesses da classe operária, do campesinato trabalhador e de todas as camadas democráticas da Rússia. Já no Outono de 1917, isto é na véspera da Grande Revolução de Outubro, o partido ostentava posições dominantes em, praticamente, todos os principais sindicatos dos operários industriais da Rússia. Os sindicatos participaram directamente na revolução. Representantes dos sindicatos faziam parte dos comités militares revolucionários de Petrogrado, Moscovo e de outras grandes cidades. Os sindicatos fizeram muitíssima coisa para o armamento dos operários, formação e instrução dos destacamentos da Guarda Vermelha nas fábricas e empresas. Durante a insurreição de Outubro, atendendo ao apelo do partido, os sin-

dicatos de Petrogrado asseguraram o funcionamento ininterrupto das padarias, centrais eléctricas, serviços de canalização, carros eléctricos, centrais telefónicas, etc.

A teoria revolucionária do proletariado

No *Manifesto do Partido Comunista* (1848), este primeiro documento programático dos comunistas, Marx e Engels demonstraram que a luta de classes é inerente à sociedade exploradora e que a revolução social é a forma geral necessária para a passagem da sociedade velha à sociedade nova. Assinalava-se ainda que "o primeiro passo na revolução operária é a passagem do proletariado à classe dominante, à conquista da democracia pela luta" [1]. Os fundadores do marxismo sublinharam reiteradas vezes a necessidade da coesão organizativa e da educação política das massas. Avançaram a ideia da união das unidades dispersas da classe operária em diferentes países numa única comunidade internacional.

Esta ideia foi materializada com a criação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida na história como a Primeira Internacional. O objectivo desta associação era a criação do partido político de massa do proletariado e a educação dos operários com base na teoria revolucionária. Com o aparecimento da principal obra de Marx, *O Capital*, o operariado obteve um autêntico fundamento científico para as suas acções. Marx descobriu as leis do desenvolvimento da sociedade, do aparecimento e evolução do capitalismo e mostrou que o desenvolvimento social conduz inevitavelmente à substituição da formação capitalista pelo comunismo. Mostrou que a contradição fundamental do capitalismo é a que existe entre o carácter social da produção e a forma privada capitalista de apropriação dos seus resultados. Assim, surgem as contradições entre a produção e o consumo, entre a organização planificada da produção em empresas concretas e a anarquia da produção à escala da sociedade. Tudo isto se manifesta nas crises económicas periódicas, provoca o desemprego e a deterioração da situação da classe operária.

A Comuna de Paris foi a primeira revolução proletária do mundo. O papel dirigente na revolução foi desempenhado pelos operários, muitos dos quais eram membros da Primeira Internacional. A Comuna de Paris destruiu a máquina estatal burguesa (liquidou o exército regular, a polícia, etc.) e criou um Estado de novo tipo, a primeira forma histórica da ditadura do proletariado. A Comuna de Paris existiu durante 72 dias. A 28 de Maio de 1871 foi estrangulada pela contra-revolução. Apesar de afogada em sangue, a revolução mostrou que só o proletariado pode ser dirigente do processo revolucionário e de todas as massas populares. A experiência da Comuna de Paris mostrou que para a vitória da revolução é necessária a organização da vanguarda política do proletariado sob a forma do partido

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. I, p. 124.

político marxista. Uma das principais causas da derrota da classe operária era a inexistência de um partido coeso, a ausência da aliança entre o proletariado e as massas camponesas. A experiência revolucionária da Comuna de Paris provou que precisamente o proletariado com o partido revolucionário à frente é capaz de levar à prática a verdadeira revolução social na sociedade e esmagar a resistência dos inimigos de classe.

No limiar dos séculos XIX e XX, grande contribuição para o desenvolvimento da teoria revolucionária do proletariado foi dada por Lénine. Na sua obra *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1916), está contida uma análise económica, social e política detalhada do imperialismo como a última fase na evolução do capitalismo. O imperialismo estabeleceu o domínio dos monopólios e da oligarquia financeira, agravou as contradições entre os Estados capitalistas, entre os monopólios e agrupamentos das potências imperialistas na luta pelos mercados de venda, fontes de matérias-primas e esferas de aplicação de capitais. Terminou a partilha territorial do mundo e começaram as guerras imperialistas para o repartir de novo.

Como o imperialismo se revelou incapaz de resolver todo este conjunto de contradições agudas, Lénine chegou à única conclusão correcta, isto é, que o imperialismo é a véspera da revolução socialista. Os acontecimentos posteriores confirmaram por completo a justeza das conclusões de Lénine. Ao analisar a situação revolucionária,

Lénine assinalava que o êxito da revolução só pode ser garantido quando todas as camadas da população não puderem viver como anteriormente. Ele escrevia: "Para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes. Só quando os "*de baixo*" *não querem* o que é velho e os "de cima" *não podem como dantes*, só então a revolução pode vencer" [1].

A teoria da revolução proletária constituiu a base de toda a actividade do partido comunista orientada para a coesão da classe operária e a preparação da revolução proletária. A revolução de Outubro abriu uma nova era na história da Humanidade. A experiência mostra que os seus traços essenciais se repetirão necessariamente no processo revolucionário mundial. Estes traços são: a supressão do domínio político da burguesia, a passagem revolucionária do poder para o proletariado, a abolição da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção; a mais estreita aliança entre a classe operária e as amplas massas trabalhadoras da cidade e do campo, reservando-se o papel dirigente ao proletariado; a existência da vanguarda da classe operária — o partido marxista-leninista revolucionário; a reorganização da economia nacional nas bases socialistas; a liquidação do jugo e da desigualdade na-

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 3, p. 325.

cionais. A revolução só pode vencer se a classe operária tiver à sua frente um partido que se guie pela teoria do socialismo científico e se este partido se apoiar, na sua actividade, nas amplas massas trabalhadoras.

Lénine realçou repetidas vezes a diferença entre o partido político dos comunistas e a organização de massa sem partido da classe operária, os sindicatos, que agrupam os operários assalariados de diferentes concepções políticas, nacionais e religiosas. No entanto, os comunistas consideram necessário unir todos os operários na base da luta pelos seus interesses de classe.

Em 1919—1921, os dirigentes reaccionários dos sindicatos reformistas começaram a campanha em massa de expulsão dos sindicatos dos comunistas e operários revolucionários. Surgiu a necessidade de criar uma união sindical internacional progressista. Em 1921, foi fundada a Internacional Sindical que desempenhou um importante papel na consolidação dos trabalhadores de diferentes países em apoio à primeira revolução proletária do mundo que se realizou em 1917 na Rússia. Existiu até 1937.

Da Internacional Sindical faziam parte os sindicatos da URSS, as centrais sindicais revolucionárias da Bélgica, Holanda, Indonésia, Canadá, China, Colómbia, Checoslováquia, Chile e outros países. A Internacional Sindical tinha por objectivo conseguir a unidade do movimento sindical mundial na luta pela subida do nível de vida dos trabalhadores, a democracia operária nos sindicatos, a aliança entre os operários comunistas, social-democratas e sem partido contra a ofensiva do capital.

A Internacional Sindical, surgida como resultado das longas buscas de formas de união do movimento sindical revolucionário, fez muito para a coesão das fileiras da classe operária internacional na sua luta contra a intensificação do trabalho, pela jornada de 8 horas, pelo aumento do salário, por melhores condições de trabalho e pela satisfação das reivindicações políticas dos operários.

Os meios reaccionários criaram a sua própria central sindical internacional: a Internacional Sindical de Amsterdão (1919—1945). A actividade desta organização foi posta ao serviço da burguesia imperialista. Não tiveram êxito, por exemplo, as propostas repetidas, dirigidas pela Internacional Sindical aos líderes da Internacional de Amsterdão para estabelecer a unidade de acção nas questões mais importantes da luta da classe operária contra o capital.

II. OS SINDICATOS NO MUNDO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

O capitalismo na actualidade

Para avaliar correctamente o lugar, o papel e as perspectivas dos sindicatos nos países capitalistas industrializados, é necessário determo-nos nas particularidades e nos traços característicos da sociedade capitalista dos nossos dias. O que é capitalismo na sua forma actual?

O capitalismo dos anos 80, capitalismo do século da electrónica e da informática, dos computadores e dos robots, põe na rua milhões de trabalhadores. A riqueza e o poder concentram-se ainda mais nas mãos de um punhado de indivíduos. O militarismo, que domina o poder político, incha à custa da corrida aos armamentos. Torna-se o mais hediondo e perigoso monstro do século XX; com os seus esforços, o pensamento científico-técnico mais avançado é transformado em armas de extermínio em massa.

É característico para o capitalismo moderno um agravamento ainda maior das contradições entre o trabalho e o capital. Nas décadas de 60 e 70, quando a conjuntura económica era favorável à classe operária, os trabalhadores conseguíram uma certa melhoria na sua situação. Mas depois as frequentes crises económicas e a consecutiva reestruturação tecnológica da esfera produtiva permitiram ao capital passar à contra-ofensiva e privar os trabalhadores de uma parte considerável das suas conquistas sociais. No tocante a vários indicadores do nível de vida, os trabalhadores viram-se lançados para muitos anos atrás. O desemprego bateu o recorde de todo o período pós-guerra. Piora a situação dos camponeses e granjeiros: os antigos proprietários das herdades arruinadas vão engrossar as fileiras dos assalariados; outras, ainda em resistência caem numa dependência onerosa dos grandes monopólios agrícolas e dos bancos. Aprofunda-se a estratificação social. Nos EUA, por exemplo, um por cento das famílias mais abastadas possui riquezas que superam em quase 50% o conjunto da riqueza pertencente a 80% das famílias que se encontram na base da pirâmide hierárquica da propriedade.

Nos últimos anos, têm preponderado os grupos mais reaccionários da classe dominante. Desenvolve-se uma ofensiva maciça e encarniçada dos monopólios contra os direitos dos trabalhadores.

Os sindicatos têm sido sujeitos a perseguições e chantagem económica. Implantam-se leis anti-operárias. Perseguem-se todas as forças progressistas.

A revolução científico-técnica mudou a estrutura do processo de trabalho. A passagem à utilização de linhas automáticas e robots expulsa, pouco a pouco, o homem da produção. Aparece um grupo numeroso de pessoas incapazes de se adaptar às novas condições de trabalho, não tendo para tal a preparação necessária. A utilização de máquinas e tecnologias que poupam trabalho provoca o "desemprego tecnológico", diminui o número de postos de trabalho, origina o "envelhecimento moral" de muitas profissões, a desqualificação dos operários e torna impossível a sua ocupação nos novos ramos.

O emprego de aparelhos microelectrónicos diminui a procura de profissões como contabilistas e operadores de caixas. Reduz-se acentuadamente o domínio de aplicação do trabalho feminino.

Esferas sociais como a instrução e a saúde públicas, etc., que requerem um número considerável de trabalhadores, desenvolvem-se, habitualmente, à custa dos recursos orçamentários do Estado. No entanto, as verbas mais avultadas do orçamento do Estado são canalizadas para o abismo sem fundo da corrida aos armamentos em prejuízo dos diversos programas sociais. Por exemplo, mais de 75% do orçamento federal dos EUA, destinados ao financiamento das investigações e projectos científicos, são gastos com fins

militaristas. Opera-se a integração da indústria militar dos países imperialistas, cria-se o complexo militar-industrial internacional com os monopólios dos EUA à cabeça.

A internacionalização da produção e do capital não resolve os complexos problemas do capitalismo, mas agrava-os cada vez mais. As forças produtivas do capitalismo ultrapassaram as fronteiras das economias nacionais. Ao capitalismo de Estado isolado é cada vez mais difícil reproduzir-se independentemente, o que provoca a expansão económica dos monopólios a outras regiões do mundo. Aumenta a tendência de os Estados burgueses regularem conjuntamente os processos económicos mundiais e coordenarem a política económica.

O fim do século XX caracteriza-se pela continuação da concentração do capital e da produção no âmbito da economia capitalista mundial e o aumento da influência das corporações transnacionais. Estas corporações criam nos países capitalistas industrializados (assim como nos países em vias de desenvolvimento) suas filiais e adquirem companhias locais. As transnacionais infringem as fronteiras nacionais e mostram-se muito activas nas regiões onde podem obter lucros máximos e reunir num todo único o capital, o trabalho e o mercado. Controlam cerca de $^1/_3$ do produto nacional bruto do mundo capitalista. O volume dos produtos dos monopólios ingleses fabricados nas filiais estrangeiras e vendidos no mercado mundial é duas vezes superior às exportações directas da Grã-Bretanha. Mais de 50%

dos fornecimentos dos maiores monopólios norte-americanos destinam-se às suas filiais estrangeiras, e o resto aos compradores estrangeiros. Os investimentos directos das transnacionais aumentam 2—3 vezes mais rapidamente do que o produto interno bruto da maioria dos Estados. Não só a burguesia nacional, como todo o capital internacional exploram a classe operária dos países capitalistas. Assim, os investimentos estrangeiros asseguram às corporações americanas cerca de 30% de todos os seus lucros.

As consequências da revolução científico-técnica, a instabilidade económica, a inflação, a ofensiva dos monopólios contra as conquistas sociais dos trabalhadores fazem aumentar a tensão social que agrava a luta de classes. Na classe operária, cresce a aspiração às transformações radicais da sociedade existente. Agrupados em sindicatos, os operários reivindicam o aumento das verbas estatais para a criação de novos postos de trabalho, o aperfeiçoamento da assistência médica, o melhoramento do sistema de instrução. Pronunciam-se contra a política de desnacionalização na indústria e pela redução considerável das despesas com armamentos.

A intensificação do processo de internacionalização do capitalismo monopolista de Estado, a ofensiva furiosa da reacção contra as conquistas sociais e os direitos democráticos dos trabalhadores tornam indispensável a coesão dos operários e a consolidação da sua unidade sindical.

Os monopólios passam à ofensiva

A etapa actual da revolução científico-técnica caracteriza-se pelo declínio de vários ramos industriais, que antes constituíam a base da economia capitalista; e o aparecimento de ramos novos, baseados em tecnologias qualitativamente novas. Isto conduz a uma sensível redução da procura da mão-de-obra. Encerram-se empresas na metalurgia, construção de máquinas-ferramentas, construção naval, indústria de confecção e de calçado. As que continuam a funcionar modernizam-se numa nova base técnica, o que conduz à redução acentuada do número de empregados. O progresso da indústria aeronáutica e espacial, da produção de computadores, robots, microprocessadores, aparelhos laser e fibras ópticas não compensa a redução da ocupação. Nos EUA, nos anos 1979—1983, o número de pessoas que obtiveram empregos nos ramos altamente tecnológicos aumentou em 217 mil e o das que perderam empregos nas produções tradicionais diminuiu em 565 mil.

O capital monopolista desenvolve uma ofensiva em massa contra os direitos económicos e sociais dos trabalhadores. Se, em 1976, o número absoluto dos desempregados constituía nos países oeste-europeus 9,1 milhões, em 1986, atingiu já os 19 milhões. A percentagem de desempregados em relação ao número total da mão-de-obra aumentou de 5,6% em 1976 para 11% em 1986. Isto significa: há 10 anos, em cada 18 pessoas aptas para o trabalho, uma não tinha emprego, en-

quanto que em 1986 uma em cada nove era desempregada.

Aumentou o desemprego entre os jovens, constituindo eles $^{1}/_{5}$ do total de desempregados. Aumenta o número de desempregados entre as pessoas com instrução superior. Às pessoas com idade torna-se praticamente impossível encontrar empregos. É elevada a percentagem dos desempregados entre as mulheres e minorias nacionais. O aumento quantitativo do desemprego é acompanhado do aumento da sua duração. Para se encontrar um emprego são necessários, frequentemente, um, dois ou mais anos. O desemprego significa, via de regra, não só a perda do emprego, como também da profissão. Obter uma nova profissão é quase impossível devido à inexistência de um sistema estatal de formação profissional.

O aumento do desemprego deve-se, em grande medida, à militarização da economia capitalista. Segundo cálculos de economistas ocidentais, a produção militar, que requer grandes capitais e pesquisas científicas, proporciona menos postos de trabalho suplementares do que as indústrias civis. Nos EUA, que, em 1980—1985, gastaram para fins militares mais de um bilião de dólares, perderam-se perto de dois milhões de postos de trabalho.

Um dos principais factores da redução constante e rápida do número de postos de trabalho é a utilização cada vez mais ampla de robots na produção. Neste sentido, a posição avançada no mundo capitalista é ostentada pelo Japão, onde funcionam mais de $^{2}/_{3}$ dos robots existentes no Ocidente. O principal objectivo do seu emprego é diminuir os custos de produção, antes de tudo, através da redução do número de trabalhadores. Por exemplo, o emprego de robots pela companhia "Hitachi" permitiu diminuir em 80% o tempo de fabrico por unidade de produção, em 30% os gastos de produção e em 80% os stocks de matérias-primas e produtos semifabricados. Ao mesmo tempo, cada robot deixa sem emprego no Japão, 3 ou 4 pessoas.

Problemas análogos existem também em outros países capitalistas desenvolvidos, incluindo os EUA. Especialistas americanos consideram que já hoje os robots são capazes de executar $^{1}/_{3}$ de todos os trabalhos na indústria dos EUA e que no futuro a automação abrangerá 65—75% dos postos de trabalho na indústria nacional. Segundo as mesmas fontes, nos próximos 30 anos, os robots substituirão até 30 milhões de operários nas linhas de montagem. O número de novos postos de trabalho nas empresas automatizadas (os de programador, ajustador, etc.) é muito inferior aos liquidados. O aumento do número de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos provoca a intensificação do trabalho dos operários com empregos. Receando perder o emprego, eles trabalham acima das suas possibilidades, o que conduz a um rápido desgaste físico e psicológico do organismo.

Pode servir de exemplo a companhia japonesa "Toyota Motor". Segundo dados da investigação sociológica de 1983, 64,2% dos operários

consideravam que o ritmo de trabalho se tornara mais elevado em relação ao ano anterior e 60% disseram que tinham adoecido em consequência do trabalho. Como causa das doenças, 24,8% dos interrogados indicaram o trabalho muito pesado, 29,8% — o trabalho nocturno e 11,2% — o dia de trabalho muito longo.

Dificultam a situação da classe operária também factores como a liquidação de umas empresas e o surgimento de novas e a sua transferência para outras regiões. Tudo isto impede a coesão sindical dos operários e permite aos monopólios piorar as condições do seu trabalho. Nos primeiros dez anos do pós-guerra, os operários dos países capitalistas desenvolvidos conseguíram um aumento do salário e alguns bens sociais. Agora o perigo de despedimentos em massa provocou a diminuição do ritmo de crescimento do salário e, em algumas partes, a sua redução. Nos EUA, por exemplo, nos anos de 1981 a 1985, o salário diminuiu 3,5%.

Nos últimos anos, desencadeou-se com particular intensidade a ofensiva contra os direitos e as liberdades sindicais conquistados pelos trabalhadores numa luta tenaz de longos anos. Nos países capitalistas industrializados, os operários sindicalizados constituem aproximadamente 30% do total dos assalariados, designadamente, 18% nos EUA, 30% no Japão, 31% em França e 40% na RFA. Em 19 estados dos EUA vigoram leis que permitem às autoridades proibir a actividade das organizações sindicais. Na Inglaterra, o governo conservador fez aprovar uma série de leis anti-

-sindicais. No começo dos anos 80, o gabinete dos conservadores conseguiu a aprovação de três leis da "ocupação" (1980, 1982, 1984) que limitaram sensivelmente o direito dos trabalhadores à greve e que abriram ao governo amplas possibilidades para intervir nos assuntos dos sindicatos. É característico que cada lei seguinte tenha recrudescido ainda mais as limitações da actividade dos sindicatos. Em consequência destes actos, diminuiu notavelmente o número dos sindicatos nos EUA, na Inglaterra e nalguns outros países capitalistas industrializados.

Operam-se também mudanças estruturais na composição dos sindicatos. Regista-se uma diminuição brusca do número dos operários ocupados nos trabalhos braçais (mineiros, metalúrgicos, ferroviários, etc.), cujos sindicatos actuavam no movimento operário a partir de posições de classe. Delineou-se a tendência para o aumento do número de engenheiros e técnicos e de pessoal administrativo, para os quais as tradições sindicais não são muito características. Só na década de 80, os sindicatos americanos perderam cerca de 3 milhões de membros. Actualmente, cerca de 95% dos grandes empresários lutam abertamente contra a criação de sindicatos nas empresas dos EUA. Cerca de 75% deles gastam anualmente até 100 milhões de dólares com a manutenção de consultantes "anti-sindicais" pagos.

A greve dos controladores de vôos nos EUA pode servir de exemplo para a repressão brutal dos sindicatos. No Verão de 1981, por apelo do seu sindicato PATCO, os controladores de vôos

entraram em greve, mas a administração de Washington rejeitou todas as suas reivindicações, qualificando-as de absolutamente inaceitáveis.

O terror das autoridades em relação ao sindicato dos controladores de vôos deu plena liberdade de acção aos monopólios: várias companhias aéreas intentaram imediatamente demandas de milhões de dólares contra o sindicato. Os tribunais satisfizeram-nas logo. Como resultado da liquidação do sindicato, 11 400 controladores aéreos, que não obedeceram à ordem de voltar aos seus postos de trabalho, foram despedidos pelo governo. A maioria absoluta deles foi incluída nas listas negras e não pode encontrar emprego.

Nos EUA funcionam mais de mil agências, cuja tarefa principal é impedir a criação de organizações sindicais ou liquidar as existentes. Elaboraram os métodos mais requintados para perseguir os sindicatos. Aplica-se amplamente a prática das chamadas falências falsas. Por exemplo, o Supremo Tribunal dos EUA permitiu à companhia "Bildisco" (estado de New-Jersey) declarar-se falida para rescindir o convénio colectivo com o sindicato. Esta decisão serviu de precedente para toda uma série de falências falsas voltadas para a liquidação dos sindicatos. Em Junho de 1985, o Supremo Tribunal legitimou a prática de fura-greves.

A política de severas repressões anti-operárias pratica-se também na Europa Ocidental, onde os métodos americanos são minuciosamente copiados.

As leis aprovadas pelo governo conservador britânico reduziram a possibilidade de organizar greves e piquetes. Os sindicatos não têm agora o direito de expulsar os fura-greves e não podem exercer influência sobre os empresários aquando da admissão no trabalho dos membros do sindicato. Aumentou a responsabilidade material dos sindicatos pelas greves chamadas ilegais: as companhias fazem pagar os sindicatos, através do tribunal, os prejuízos que sofreram no período da greve. Os empresários recorrem cada vez mais aos *lock-out* em massa. Em 1986, os monopólios na Noruega despediram 110 mil operários e empregados em consequência de conflitos laborais.

Foi reduzido o campo de acção política dos sindicatos. Em meados de 1986, o Supremo Tribunal da província de Ontário (Canadá) proibiu aos sindicatos do país prestar apoio aos partidos e movimentos políticos que traduzem os interesses dos trabalhadores. Os sindicatos foram privados do direito de apresentar quaisquer reivindicações além das puramente económicas. O congresso operário canadiano, que representa os sindicatos do país, manifestou o seu protesto contra esta decisão.

Nos países da Europa do Norte (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia), os empresários criaram um fundo especial de cerca de mil milhões de coroas destinado à luta contra os sindicatos. Prevê-se a utilização destes meios durante os conflitos laborais.

Para cindir e debilitar o movimento sindical operário, os capitalistas criam e financiam generosamente os sindicatos de direita, cujo objectivo

principal é fazer frente às associações operárias progressistas e promover uma política conveniente ao capital. Quem financia estas organizações são os monopólios nacionais e internacionais, tal como os governos de vários países. O dinheiro vem também dos fundos secretos, destinados pelo Congresso americano à actividade subversiva. Entre tais fundos está "O Fundo nacional de apoio à democracia" (*National Endowment for Democracy*). Dois terços dos recursos deste fundo são concedidos ao Instituto dos Sindicatos Livres, uma das secções da central sindical americana AFL-CIO. Estes recursos utilizam-se, por exemplo, para financiar o centro sindical de direita da França *Force Ouvriére*. Através do "Fundo nacional de apoio à democracia", o governo dos EUA financia as organizações sindicais de extrema direita no mundo. A União Geral de Trabalhadores de Portugal (UGTP) só em 1985 e 1986 recebeu cerca de 200 milhões de escudos. Estes recursos foram gastos na preparação de quadros e de diversas acções anticomunistas.

O capital monopolista cria e apoia as organizações sindicais cujos dirigentes seguem a política de conciliação com os capitalistas, procuram reduzir a luta sindical a reformas insignificantes e desviam o movimento operário da luta política. São os chamados sindicatos reformistas que têm por objectivo obter algumas concessões económicas do patronato. Em vários países, o grande capital conseguiu unir os sindicatos reformistas em grandes centrais sindicais nacionais, nas quais se apoia na sua política anti-operária.

Para fazer malograr as greves e outras acções sindicais, os empresários utilizam cada vez mais os fura-greves que procuram inverter o sentido das acções conjuntas dos trabalhadores e provocar conflitos com a polícia. Por exemplo, em Fevereiro de 1986, em Londres, desencadeou-se a luta pela readmissão dos 6 mil tipógrafos despedidos pelo magnate jornalístico R. Murdoch. Junto da entrada da empresa tipográfica reuniam-se sistematicamente cerca de 5 mil pessoas: muitos dos tipógrafos despedidos, suas esposas e filhos. Manifestaram solidariedade operária para com eles os mineiros de Kent, trabalhadores dos transportes urbanos e estudantes das escolas locais. O objectivo dos trabalhadores era pacífico: barrar o acesso à empresa. No entanto, entre os manifestantes encontravam-se grupos de pessoas que provocaram choques com a polícia. Esta acção havia sido planejada com antecedência, foram concentradas na vizinhança unidades especiais, munidas de cacetes e de escudos de plástico e a polícia a cavalo. Mas apesar de os operários não terem respondido às provocações, a polícia dispersou os manifestantes e prendeu muitos deles.

Intensifica-se a ofensiva das classes detentoras do poder contra os sindicatos franceses. Durante muitos anos de luta, a classe operária francesa conquistou ao capital importantes concessões. Assim, nas empresas com mais de 50 operários são elegidos representantes dos sindicatos para os comités de empresa que discutem com a administração todos os assuntos que interessam os traba-

3–579

lhadores. Esses delegados devem gozar, segundo as leis francesas, de especial defesa contra a arbitrariedade dos empresários. Mas na realidade as coisas passam-se de outra maneira. A administração da empresa procura, logo que seja possível, despedir os activistas sindicais, recorrendo à chantagem e provocações. Os ataques do grande capital são, antes de tudo, dirigidos contra a central sindical progressista: a Confederação Geral do Trabalho. Por exemplo, o tribunal de Paris aplicou a 13 militantes da CGT uma multa no valor de um milhão de francos. A única "culpa" dos operários foi a participação activa no trabalho sindical e na mobilização dos trabalhadores da companhia automobilística *Citroen* para a luta pelos seus direitos e interesses. Em Fevereiro de 1983, os operários desta empresa manifestaram o seu protesto contra os despedimentos injustos. A direcção provocou choques nas oficinas e toda a culpa foi lançada sobre a CGT.

A administração da fábrica de automóveis *Renault* em Doué acusou o secretário da organização fabril da CGT e o secretário do comité sindical da empresa de terem participado no ataque contra dois empregados da companhia. Apesar de se ter apurado que os dois militantes sindicais se encontravam naquele dia longe do local do acontecimento, a administração despediu-os e o Ministério do Trabalho sancionou este acto arbitrário.

Na fábrica de calçados em Dordogne para se livrar dos militantes sindicais, a direcção recorreu à fraude, declarando a falência da empresa. Praticamente, a fábrica ficou nas mãos do mesmo monopólio, passando apenas formalmente para uma outra sua filial. Mas isto permitiu à direcção proceder aos despedimentos. Os membros do comité de empresa, militantes da CGT, ficaram sem emprego.

A administração da Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro (franceses) castigou vários líderes sindicais do ramo pelas suas manifestações contra os planos de redução da rede ferroviária. Segundo dados da imprensa francesa, só em 1985 foram despedidos por actividade sindical cerca de duas mil e quinhentas pessoas.

O governo francês tenta fazer aprovar a lei da "flexibilidade do tempo de trabalho". A sua essência consiste em que os empresários podem variar a duração da semana de trabalho de 38 a 44 horas. Isto implica o aumento do desemprego parcial. Nestas condições, os empresários não são obrigados a pagar as horas extraordinárias, têm o direito de utilizar os operários nas horas nocturnas, nos sábados e domingos sem um pagamento suplementar. A administração das empresas pode a qualquer momento e por qualquer tempo suspender o trabalho sem pagar as horas mortas.

Semelhante prática tem lugar também na Itália, onde foi aprovada a lei da "escala móvel" dos salários, cuja aplicação diminui muito o nível de vida dos trabalhadores. Na Bélgica, a lei nega a ligação entre os ritmos de inflação e a subida do salário. Carácter análogo tem a legislação anti-

-operária existente em outros países capitalistas desenvolvidos.

As corporações transnacionais criam grandes dificuldades ao desenvolvimento dos sindicatos. Por exemplo, transferindo encomendas de produção de um país para outro, as transnacionais podem exercer uma pressão enérgica sobre os grevistas, porque a perda da encomenda implica os tempos mortos ou o encerramento da empresa. Utilizam-se ainda outras medidas. A transnacional *British Leyland* reduziu os investimentos na sua filial italiana porque os seus operários se opuseram à diminuição do salário. Assim a empresa foi privada de recursos para o seu desenvolvimento. As transnacionais fazem pouco caso das leis locais sobre os sindicatos. A companhia *Ford*, por exemplo, proibiu aos seus operários entrar nas organizações sindicais da Grã-Bretanha.

Os trabalhadores dão réplica ao capital

O desenvolvimento do capitalismo moderno conduziu ao agravamento acentuado das contradições de classe. As próprias condições em que a classe operária se encontra impulsionam-na à luta enérgica em defesa dos seus direitos.

Nos EUA, na Europa Ocidental e em outros países capitalistas desenvolvidos, os trabalhadores opõem forte resistência à ofensiva do capital e procuram tomar a iniciativa na luta pelos seus direitos. Na RFA, por exemplo, provocou indignação dos trabalhadores a pretensão do governo de privar os operários do direito à greve, mediante a modificação do § 116° da legislação laboral. Este parágrafo prevê a regulação das relações entre os empresários, os operários e as autoridades federais durante as greves. Em conformidade com a lei, os operários, que ficam parados temporariamente por causa de greves nas empresas conexas, recebem subsídios. Segundo a nova variante do parágrafo 116°, o departamento federal para os assuntos laborais não é obrigado a pagar uma indemnização aos trabalhadores das empresas onde o trabalho se suspende por causa de greves em outras empresas. A realização de uma grande greve numa empresa necessariamente conduz à suspensão da produção em outras. E o número de trabalhadores de tais empresas é muito superior ao dos grevistas. Em caso de mudança do § 116° da lei do trabalho, todos eles podem ser privados dos meios de existência. O projecto de lei prevê a indemnização das perdas ao empresário à custa dos sindicatos do ramo em que os operários estejam em greve. A nova redacção do § 116° assegura aos empresários possibilidades praticamente ilimitadas para recorrerem ao *lock-out* e à chantagem económica contra os trabalhadores.

O projecto de modificação do § 116° da lei do trabalho recebeu uma resposta enérgica por parte da União dos Sindicatos Alemães e das suas organizações sectoriais. "Tirem as mãos do direito à greve!", "¡Não à lei antigreve!", "Não nos deixaremos acorrentar!", "Nenhuns compromissos!" — sob estas palavras de ordem, por apelo dos sindicatos, realizaram-se por todo o país ma-

ciços comícios de protesto. Mais de 40 mil trabalhadores da companhia *Volkswagen* assinaram uma petição de protesto do sindicato dos metalúrgicos da RFA. Realizaram-se greves preventivas em Ruhr, Vurtenberga-Baden, Baixa Saxónia, Baviera e em outros grandes centros industriais e cidades da RFA. Participaram nelas centenas de milhares de pessoas. Na Primavera de 1986, tiveram lugar grandes manifestações de trabalhadores à escala nacional. Na sua luta pelo direito à greve, os sindicatos tiveram o apoio de vastas camadas democráticas. Dois terços da população do país, segundo os inquéritos, rejeitaram a "emenda anti-operária" à legislação laboral.

Alargam-se as lutas dos trabalhadores contra o desemprego e pela melhoria de condições sócio-económicas de vida. O Congresso Britânico das Trade-uniões, aprovou na sua conferência nacional realizada em Setembro de 1985, o programa "Carta das Mudanças", no qual se colocam as reivindicações do aumento da ocupação e do desenvolvimento dos serviços sociais para os trabalhadores. Os sindicatos britânicos insistem na redução da duração da semana de trabalho, na criação de um sistema estatal de reciclagem dos desempregados e de garantias contra os despedimentos.

Nos EUA, algumas grandes greves dos trabalhadores tiveram êxito. Por exemplo, a greve de cinco dias com a participação de 100 mil operários da *General Motors*, realizada em 1984, obrigou a companhia a reduzir os trabalhos extraordinários e a introduzir o sistema de reciclagem. As greves tornam-se cada vez mais prolongadas. Por exemplo, mais de três anos durou a greve dos fundidores de cobre da *Phelps Dodge* no Arizona.

No movimento grevista verificam-se também mudanças qualitativas: reivindicações económicas são apresentadas paralelamente com políticas. Entram na luta os desempregados. Conferências nacionais de desempregados realizaram-se nos EUA, RFA e França. Nestes países, foram criadas organizações de desempregados.

Contudo, o movimento sindical nos países industrializados do Ocidente experimenta grandes dificuldades. Muda o carácter do trabalho, a formação profissional dos operários e processa-se a redistribuição da mão-de-obra por ramos. Em muitos ramos, mais de metade dos ocupados trabalha na esfera dos serviços, no comércio e nas instituições estatais. Grande parte dos assalariados trabalha em empresas com menos de 20 trabalhadores. Os monopólios procuram utilizar estas mudanças no seu interesse. Na Itália, por exemplo, os industriais não só anularam os acordos anteriormente alcançados, como procuram liquidar inteiramente os sindicatos. Em consequência disso, na companhia automobilística *Fiat* e nas empresas químicas *Montedison* há muitos anos que não se concluem contratos colectivos.

O maior centro sindical da Itália, a Confederação Geral Italiana do Trabalho, desenvolveu a luta pela semana de trabalho de 35 horas, pelo

aperfeiçoamento da saúde pública e do sistema de estabelecimentos pré-escolares e pela modificação do sistema fiscal. A CGIT fortalece relações com outras centrais sindicais do país que, com frequência, ostentam posições diferentes e aderem a diversas associações sindicais internacionais. Para estabelecer contactos, os sindicatos progressistas partem dos problemas concretos: a protecção do meio ambiente, a influência nela das conquistas técnico-científicas, a luta pela paz e a redução dos recursos destinados hoje à corrida aos armamentos para os utilizar para bem do homem.

A crescente luta da classe operária contra a política dos monopólios funde-se com a luta contra a corrida aos armamentos. Um número cada vez maior de grandes sindicatos dos EUA, Japão e dos países da Europa Ocidental combinam a luta pelo aumento da ocupação com a luta contra a corrida aos armamentos. Os investimentos nos ramos pacíficos dão mais postos de trabalho do que as despesas com o desenvolvimento das produções militares. Também sindicatos reformistas passam com cada vez mais frequência para essas posições. Até mesmo a AFL-CIO, que durante muito tempo defendia o aumento das despesas militares, anunciou que desiste do seu apoio, uma vez que conduzem à redução dos programas sociais.

As acções maciças dos trabalhadores pela paz tem-se tornado um facto significativo. Por exemplo, na RFA, a I de Setembro de 1984, dezenas de milhares de pessoas participaram na Jornada

das Acções Sindicais pela Paz em 40 cidades do país. Tornam-se mais activas as manifestações antimilitaristas de massa dos trabalhadores no Japão, Itália, Bélgica, Espanha, Holanda e em outros países. Grande influência têm as propostas pacíficas da URSS que visam pôr fim à corrida aos armamentos e fortalecer a segurança internacional.

A classe atacante

Na imprensa ocidental aparecem frequentemente opiniões segundo as quais a classe operária perdeu a sua combatividade e determinação, tal como se tornou menos activa em termos sociais. Alega-se, por exemplo, a diminuição em 15—17%, em 1983—1985, do número de greves e 30% do número de grevistas em relação aos três anos anteriores. Nas principais potências imperialistas — EUA, Japão e França — reduziu-se consideravelmente o número dos membros dos sindicatos.

Com efeito, no mundo actual, alguns sectores da classe operária afrouxaram um tanto a sua combatividade, visto que o movimento sindical nem sempre se reorganiza com suficiente rapidez adequadamente às condições alteradas. Os monopólios reagem, amiúde, mais depressa às mudanças ocorridas na economia capitalista mundial e à transformação da estrutura da classe operária.

Com a modernização técnica da produção, a ênfase da exploração do trabalho passa dos es-

forços físicos para o potencial intelectual dos trabalhadores. O mecanismo de exploração tornou-se mais camuflado e mais complexo. As mudanças, causadas pela etapa actual da revolução científico-técnica, completam-se com a tenaz ofensiva em massa do capital contra a classe operária no domínio ideológico. Atiçando as tendências anticomunistas e anti-soviéticas, os monopólios procuram minar as aspirações revolucionárias dos trabalhadores, denegrir e minimizar as realizações do socialismo. Para tal a burguesia dispõe da poderosa base dos meios de comunicação social: a imprensa, a rádio e a televisão.

Os monopólios esforçam-se ainda, por arrastar o movimento operário para o caminho do reformismo. É que nem todos os operários têm uma consciência de classe estável. Alguns deles gostariam de se tornar eles mesmos proprietários privados, fundar uma empresa própria. O agravamento dos fenómenos de crise na economia, os métodos refinados de influência ideológica sobre as massas trabalhadoras, empregues pela burguesia, a modificação do carácter do trabalho devido às inovações técnica e tecnológica da produção — todos estes fenómenos complexos e multiformes impedem que muitos representantes da classe operária se orientem atempada e correctamente na luta perdendo alguns deles a sua combatividade.

Todavia, a classe operária foi e continua a ser a principal classe revolucionária da nossa época, contando presentemente com 600 milhões de as-

salariados ou um terço da população activa do planeta em constante crescimento. Desde os meados do século XX e até ao começo dos anos 80, o número de operários aumentou, nos Estados capitalistas desenvolvidos, de 137 para 241 milhões, nos países da Ásia, África e América Latina de 79 para 217 milhões e nos países socialistas de 66 para 202 milhões de pessoas.

Alguns ideólogos burgueses afirmam que a composição qualitativa da classe operária tende no sentido negativo e que os operários dos nossos dias já não são o que eram há cem ou mesmo há cinquenta anos atrás. Realmente, a composição e a estrutura da classe operária mudaram. Diminuiu o número de operários nos ramos tradicionais. Mas aumentou o dos assalariados nas indústrias electrónica, aeronáutica e espacial, química e biológica.

As actuais condições de produção mudaram a fisionomia social do operário. Elevaram-se o nível da sua qualificação, instrução e cultura e as suas necessidades materiais e espirituais. No entanto, as relações entre o operário e o capitalista permanecem imutáveis: os proprietários dos meios de produção compram e exploram a força de trabalho.

Acrescente-se ainda que entre os operários se encontram não só os trabalhadores manuais ocupados na indústria ou noutras produções, como também os engenheiros-proletários, os empregados de escritórios, do comércio, dos serviços públicos, os chamados "colarinhos brancos", "cinzentos" e "azuis" que, por sua natureza so-

cial, são assalariados, ou seja, os mesmos proletários que os operários industriais.

Os processos de internacionalização da vida económica conduzem à internacionalização das acções da classe operária que é intensamente explorada pelos monopólios capitalistas internacionais. Por exemplo, decidiu-se em 1986 encerrar uma empresa pertencente à companhia transnacional *Michelin*, o que deixaria sem trabalho 1100 operários e empregados. Solidários com os operários manifestaram-se os partidos de esquerda e as principais associações sindicais da Bélgica. A Federação Internacional dos sindicatos de trabalhadores da indústria química, energética e de operários não qualificados anunciou que em sinal de solidariedade com os trabalhadores belgas organizaria acções de trabalhadores nos países em que se encontrassem empresas desta companhia transnacional.

Para a internacionalização das acções da classe operária contribui também a migração da mão-de-obra. A internacionalização do mercado do trabalho também cria novas possibilidades para a luta do proletariado pelos seus direitos e alarga a base para a consolidação internacional da classe operária.

Aspectos novos apareceram também na missão histórica da classe operária. O operariado é a única classe na história da Humanidade que não pretende estabelecer o seu poder para obter privilégios à custa dos outros sectores sociais. Ele defende os interesses de todos os trabalhadores, das grandes massas populares. O seu objectivo

consiste em libertar todos os trabalhadores da opressão de classe e da desigualdade social, assegurar a igualdade política e social, a autêntica justiça social, o progresso livre e universal de cada povo e de cada indivíduo.

Nas condições actuais, é à classe operária que cabe garantir a vida na Terra e a conservação da civilização. O mundo contemporâneo tornou-se demasiado vulnerável para o confronto militar. Não poderá haver vencedores numa guerra nuclear. Os trabalhadores, a maioria das suas organizações sindicais lutam pela estabilidade da paz. A luta dos sindicatos pela elevação do nível de vida dos trabalhadores conjuga-se organicamente com a luta pela coexistência pacífica de países com sistemas políticos diferentes e pela solução de todos os problemas por meio de acordos pacíficos. Estando à frente do movimento antibelicista, a classe operária luta não só pelo direito à vida, como também pela solução de outros problemas: o desemprego, a inflação, a diminuição do salário real, etc., problemas gerados, fundamentalmente, pela corrida aos armamentos. Por outro lado, o movimento da classe operária contra a guerra traduz não só os seus próprios interesses, mas também os anseios de toda a Humanidade. Nisto, particularmente, revela-se a essência humanista do proletariado como classe que traz a todos os trabalhadores a libertação da exploração.

É enorme o papel dos partidos comunistas e operários como portadores da ideologia marxista-leninista nas grandes massas populares. No

Programa do PCUS assinala-se: "A força dos partidos revolucionários reside no facto de defenderem firmemente os direitos e as aspirações vitais do povo trabalhador, indicarem caminhos capazes de retirar a sociedade burguesa da crise, apresentarem uma alternativa real ao sistema explorador e darem respostas socialmente optimistas às questões fundamentais da actualidade. Estes partidos são os autênticos reflectores e os mais firmes defensores dos interesses nacionais dos seus países". O crescimento da classe operária internacional e as suas novas possibilidades sociais constituem um importante factor do progresso contínuo do movimento comunista, porque as suas origens estão na classe operária e na sua luta. O proletariado sempre foi e continua a ser a classe atacante, classe que ataca a exploração do homem pelo homem e a injustiça social.

III. O MOVIMENTO SINDICAL NOS ESTADOS LIBERTADOS

A vitória das revoluções de libertação nacional nos países da Ásia, África e América Latina modificou o mapa político do mundo. Significou a libertação da maior parte da Humanidade da dependência colonial e representou um duro golpe político e ideológico contra o sistema capitalista. Começou um processo lento e difícil de transformações sócio-económicas na vida dos povos que constituem a maioria da Humanidade. Em muitos jovens Estados, a luta de libertação nacional começou a transformar-se em luta contra as relações de exploração, tanto feudais como capitalistas.

No entanto, mediante manobras políticas e, muitas vezes, inge-

rência directa nos assuntos internos dos países libertados, os Estados imperialistas conseguiram, em grande parte, salvar as relações de dependência económica formadas anteriormente e criar o mais requintado sistema de exploração neocolonialista.

Os países em desenvolvimento, onde vivem mais de 2000 milhões de pessoas, transformaram-se praticamente numa zona completa de pobreza. Nos começos dos anos 80, o nível dos rendimentos per capita nos países libertados era, no total, 11 vezes inferior aos rendimentos nos países capitalistas desenvolvidos. Só desde meados dos anos 70, os lucros extraídos dos países em desenvolvimento pelas corporações norte-americanas foram quatro vezes superiores aos investimentos. E na área da América Latina e da Bacia do Caribe, os lucros dos monopólios foram mais de 8 vezes superiores aos investimentos.

Perdas enormes são acarretadas aos países libertados pela política neocolonialista do Fundo Monetário Internacional controlado pelos EUA. Na Bolívia, por exemplo, o FMI e a oligarquia local estabeleceram a ditadura financeira e económica que causa prejuízos colossais à economia nacional e aos interesses do povo. O modelo do chamado desenvolvimento neoliberal afectou brutalmente os direitos sociais dos trabalhadores, arruína ou entrega as empresas estatais ao sector privado e os recursos naturais às companhias transnacionais e concede privilégios ilimitados à grande burguesia bancária e comercial.

Actuando através do FMI, o imperialismo

mundial conseguiu a redução drástica do salário dos trabalhadores a fim de diminuir o consumo nos países em vias de desenvolvimento e aumentar, de modo correspondente, as exportações que lhes trazem divisas para pagar as elevadas taxas de juro sobre os créditos. O salário por hora de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos supera, em alguns casos várias vezes, o salário diário dos operários nos Estados da Ásia, África e América Latina. As condições de trabalho e de vida apenas lhes permitem subsistir. Na corrida aos lucros máximos, os monopólios encerram empresas nos países desenvolvidos e transferem a produção para mais perto das fontes de superlucros situadas nos países em vias de desenvolvimento.

O imperialismo continua a viver em medida considerável à custa do saque dos jovens países libertados e da sua exploração implacável. As suas formas e métodos mudam, mas a essência continua a mesma. Nos EUA, por exemplo, uma parte considerável do rendimento nacional provém destas fontes. O intercâmbio não equivalente, o comércio desigual, as trafulhices e arbitrariedades com as taxas de juro e a actividade das corporações transnacionais aumentam ainda mais a pobreza e a miséria de uns e a riqueza de outros, contribuindo para a polarização da economia capitalista mundial.

As dívidas dos países em vias de desenvolvimento aumentaram cinco vezes nos últimos anos, ao mesmo tempo que se reduziu a procura dos seus produtos nos mercados mundiais. Em mea-

4-579

dos dos anos 80, os pagamentos dos juros sobre os créditos, concedidos pelos países capitalistas, constituíam metade ou mais das receitas obtidas no comércio externo. Em conjugação com os lucros extraídos anualmente dos países em vias de desenvolvimento, a dívida acumulada significa uma agudização ainda maior dos problemas sociais, económicas, etc.

Entre o bilião da dívida destes países e o aumento de mais de um bilião das despesas militares dos EUA durante o último decénio existe uma ligação causal. É que o militarismo está directamente interessado em manter e endurecer o sistema de superexploração neocolonial. Anualmente, dos países em desenvolvimento extraem-se mais de 200 mil milhões de dólares. Uma soma análoga constitui aproximadamente o orçamento militar dos EUA nos últimos anos.

No contexto do agravamento das contradições do capitalismo e da redução da esfera do seu domínio, o neocolonialismo converte-se numa fonte cada vez mais importante de recursos que asseguram ao capital monopolista a possibilidade de manobrar a nível social e de suavizar a tensão social nos principais Estados burgueses.

Na luta contra o neocolonialismo

A luta contra o neocolonialismo e pela independência económica ganha actualmente novo impulso. Um importante papel nesta luta cabe aos sindicatos. Em muitos países em vias de desenvolvimento não há por enquanto partidos po-

líticos influentes que traduzam os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores. Por isso, os sindicatos apresentam-se cada vez mais como as únicas organizações de massas que defendem estes interesses. A situação social, o papel e os objectivos dos sindicatos determinam-se pelas tendências essenciais existentes na economia, na política e nas relações sociais dos países em desenvolvimento. Com o aparecimento de novas empresas modernas e de ramos inteiros da indústria e a formação de sectores qualificados da classe operária, o movimento sindical nos países em vias de desenvolvimento assume uma amplitude e um peso político cada vez maiores. Os operários mais qualificados, organizados em sindicatos, trabalham nas grandes empresas. A experiência de muitos países latino-americanos (Argentina, Venezuela, Colômbia, México, etc.) mostra que os operários qualificados com remuneração elevada, ocupados nas empresas pertencentes ao capital estrangeiro, são os mais organizados e consequentes na sua luta contra o patronato. Apesar do nível de vida relativamente mais elevado em comparação com outras categorias de operários, eles sentem todas as consequências da modernização capitalista da produção que conduz à perda do emprego e à afectação dos interesses vitais dos trabalhadores.

Uma particularidade do movimento sindical nos países em vias de desenvolvimento consiste em que, defendendo os interesses dos trabalhadores, os sindicatos passam a ser cada vez mais a força motriz na luta contra o imperialismo. Por

outro lado, criados sob a influência e, frequentemente, com a participação directa dos sindicatos reformistas dos EUA e da Europa Ocidental, os sindicatos, em medida considerável assimilaram a sua ideologia, as formas e os seus métodos de actividade. Os monopólios esforçam-se por colocar os sindicatos dos países em vias de desenvolvimento sob o seu controlo e por orientar a sua actividade. O imperialismo americano, por exemplo, utiliza eficientemente o Instituto Americano para o Desenvolvimento dos Sindicatos Livres, criado por iniciativa da direcção da AFL-CIO e dos gerentes dos 60 maiores monopólios, para cindir o movimento sindical nos países latino-americanos. Este Instituto foi criado para preparar os funcionários sindicais que deveriam ser um apoio seguro dos monopólios na sua política divisionista no movimento sindical. Mais de 40 mil funcionários sindicais dos países em vias de desenvolvimento foram preparados pelo centro de ensino da AFL-CIO, perto de Washington, e nas escolas sindicais americanas situadas em 11 países do Hemisfério Ocidental. A actividade do Instituto é financiada, fundamentalmente, pelo Ministério das Finanças dos EUA.

A política do imperialismo depara com séria resistência por parte dos trabalhadores dos países em vias de desenvolvimento. Na vanguarda da luta das massas populares contra o imperialismo e as forças reaccionárias locais estão as organizações políticas e sindicais dos trabalhadores que ocupam posições de classe. Podem servir de exemplo as greves longas e tenazes realizadas pelos sindicatos de orientação diversa nos países da América Latina. Tais foram, nos últimos anos, as greves dos metalúrgicos em São Paulo (Brasil), a greve dos ferroviários em Buenos Aires (Argentina), as greves gerais por apelo da Central operária boliviana, às acções dos mineiros chilenos, as greves gerais por apelo do Conselho Nacional dos Sindicatos da Colômbia, etc.

A luta sindical assume um carácter geral e engloba as mais diversas organizações sindicais. As mais das vezes apresentam-se as reivindicações seguintes: garantir os direitos e as liberdades sindicais, o emprego, o seguro social, o aumento do salário, a técnica de segurança, etc. Ao mesmo tempo, com frequência cada vez maior, a luta coloca em primeiro plano a tarefa de obter a independência económica e de reduzir a esfera de actividade das companhias estrangeiras. Nos documentos programáticos dos diferentes sindicatos, estas companhias qualificam-se como o principal inimigo do povo e aliado da oligarquia local.

Na resolução, aprovada pela I conferência dos sindicatos da indústria electrotécnica dos países da América Latina e do Caribe (1983), constata-se que a indústria electrotécnica pertencente aos monopólios estrangeiros lhes traz lucros fabulosos à custa dos trabalhadores dos países em que se encontram e colocam estes países na sua dependência tecnológica. Isto agrava consideravelmente a situação económica dos países desta zona e constitui uma das formas do neocolonialismo. Para libertar a economia dos países latino-americanos da dependência colonial, os partici-

pantes na conferência acham necessário nacionalizar a indústria electrotécnica. Isto contribuiria para o desenvolvimento da economia nacional. Os créditos concedidos sob condições políticas pelos bancos internacionais servem de instrumento de uma maior escravização financeira e não para o desenvolvimento e a independência destes países.

Os sindicatos da Jamaica, que assumem posições de classe bem definidas, defendem consequentemente os interesses de todos os operários e empregados, incluindo os membros dos sindicatos de orientação reformista. Isto contribui para o crescimento das suas fileiras, influência e prestígio. Intensifica-se o movimento grevista. Uma greve poderosa foi realizada, por exemplo, pelos operários da companhia *Coca-Cola*. Os trabalhadores de numerosas fábricas e empresas da Jamaica manifestaram a sua solidariedade com os grevistas e prestaram-lhes ajuda monetária e alimentar.

Alarga-se a luta dos trabalhadores e dos sindicatos contra o imperialismo e a reacção interna em Trindade e Tabago. Os trabalhadores, apoiando-se num forte movimento sindical com longas tradições de luta, activizaram notavelmente as acções em defesa dos seus interesses vitais. Na vanguarda desta luta estão os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera, dos operários de transportes e industriais, dos operários das plantações de cana-de-açúcar, como também os dos empregados bancários e dos operários dos estaleiros. Com o Conselho dos sindicatos pro-

gressistas colaboram o sindicato dos marinheiros e estivadores e outras organizações sindicais que fazem parte do Congresso dos Sindicatos de Trindade e Tabago, central sindical encabeçada pelos reformistas.

É trágica a situação do proletariado chileno. Contra os sindicatos desencadeia-se o terror. Entre as vítimas da repressão contam-se muitos dirigentes e militantes sindicais. São assassinados, torturados e lançados na cadeia. Os nomes de muitos deles figuram entre os desaparecidos. O regime chileno procura dessangrar o movimento operário e substitui-lo pela actividade dos sindicatos "amarelos" submissos. São aprovadas leis que privam os sindicatos dos direitos conquistados de receber cotizações, que impõem a filiação obrigatória nas grandes organizações sindicais, limitam o direito à greve e outras acções conjuntas dos trabalhadores e facilitam actos repressivos contra os activistas sindicais e grevistas. O direito de manter negociações com a administração têm-no apenas os sindicatos de algumas unidades produtivas.

As autoridades criaram a Frente do Trabalho pela Unidade Nacional, organização corporativa dos sindicatos submissa, para minar a unidade da classe operária chilena. As forças democráticas procuram impulsionar a actividade das organizações que defendem as posições de classe e conseguir a unidade de acção entre elas. As organizações sindicais criaram uma frente conjunta de luta contra a política anti-sindical do governo. Fazem parte dela a União Nacional dos Traba-

lhadores do Chile, a Confederação dos Empregados do Sector Privado, o Comité Nacional de Coordenação da Actividade das Confederações, Federações e Organizações Sindicais e a Frente única dos trabalhadores. Os sindicatos progressistas exigiram que o governo revogasse as leis que restringem a actividade sindical. O governo respondeu com a detenção e o encarceramento dos dirigentes sindicais.

Numerosos funcionários sindicais em El Salvador tornam-se vítimas do terror estatal. Encontram-se na prisão os militantes sindicais cuja actividade não convinha aos governantes. Vigora uma série de decretos que permitem às autoridades praticar actos de repressão anti-operários e anti-sindicais. Foi aprovado o decreto que legitima as torturas como meio de obter denúncias.

Torna-se mais activo o trabalho dos sindicatos da África. O crescimento numérico da classe operária influi decisivamente no carácter da luta de classes, na sua orientação económica e política e testemunha importante mudança social na estrutura da população activa. O aumento do número de assalariados alarga a base social dos sindicatos e assegura as premissas objectivas para a elevação da sua influência nos processos sócio-económicos de desenvolvimento da sociedade.

Acentua-se cada vez mais a posição anti-imperialista dos sindicatos. Por exemplo, no Sudão, os sindicatos dos têxteis e dos ferroviários em greve, além de terem reivindicado o melhoramento das condições de trabalho e de vida, apresentaram exigências de carácter político, manifestando-se contra a política neocolonial do governo. Na Nigéria, mais de 1500 operários membros do sindicato da indústria mineira lutaram com êxito pelos seus direitos.

Os trabalhadores de uma série de países africanos lutam pelos seus direitos em condições extremamente difíceis. No Egipto, por exemplo, as greves são proibidas. Apesar disso em meados de 1986, os ferroviários do Cairo não compareceram ao trabalho exigindo a melhoria da sua situação económica. 37 maquinistas de locomotivas foram reconhecidos iniciadores da greve e entregues a tribunal. Alguns foram condenados a trabalhos forçados.

Em África, assim como em outros continentes, para fortalecer as suas posições, o neocolonialismo utiliza os centros sindicais reformistas que impelem o movimento sindical para a conciliação. Muitos sindicatos dos Estados africanos, que seguem o caminho de desenvolvimento capitalista, mantêm relações bilaterais com centrais sindicais reformistas dos EUA, Grã-Bretanha, RFA, França e outros países capitalistas. Os países imperialistas organizam numerosos cursos e seminários para os militantes sindicais africanos.

A AFL-CIO apoia activamente o neocolonialismo e o racismo sul-africano. O seu objectivo é infiltrar-se nos sindicatos africanos e apoiar os governos dos países africanos que não se opõem à política neocolonialista do imperialismo. A AFL-CIO realiza intensa actividade ideológica nos países africanos, sobretudo naqueles em que os monopólios norte-americanos investiram

capitais consideráveis. Com a sua ajuda são levados a cabo projectos no domínio de formação de quadros sindicais, de organização de diversas escolas, cooperativas e uniões e organizam-se seminários sindicais sobre as questões do desenvolvimento económico e social. A AFL-CIO pratica amplamente o suborno de sindicalistas africanos.

Contra a política imperialista no continente africano manifestam-se os sindicatos dos países de orientação socialista. Eles lutam activamente contra a ampliação da actividade de espoliação dos monopólios em África. Os sindicatos destes países obtêm certos êxitos na luta contra o capital estrangeiro, utilizando a legislação laboral nacional. Visto que os governos africanos por enquanto têm poucos direitos jurídicos para limitar a actividade dos monopólios, um importante papel na regulação das relações laborais nas empresas estrangeiras cabe aos sindicatos.

O movimento sindical na Ásia obteve certos êxitos na luta pelo desenvolvimento económico, pela elevação do nível de vida dos trabalhadores e pela garantia dos direitos sindicais. Um sério obstáculo nesta luta é a falta de unidade de acção dos sindicatos de diferentes orientações ideológicas. A internacionalização do capital cria condições favoráveis para o aumento da solidariedade internacional da classe operária e para a unidade do movimento sindical no mundo capitalista. Mas os monopólios atiçam uns grupos de trabalhadores contra outros, os trabalhadores dos países capitalistas industrializados contra os dos em

vias de desenvolvimento, os trabalhadores de uma região contra os de outra.

Entretanto, as centrais sindicais dos países da Ásia procuram encontrar vias de cooperação. Esforços constantes, encaminhados para o desenvolvimento dos contactos entre os sindicatos integrados em diversas centrais sindicais, envidam-nos os sindicatos que ostentam posições de classe.

Muitas centrais sindicais trabalham em condições difíceis. Nas Filipinas, sob a pressão dos monopólios estrangeiros e do grande capital nacional, foram aplicadas medidas que restringem o direito dos trabalhadores à greve. Dezenas de sindicatos foram incluídos na lista negra ou proibidos. Desenvolveu-se na imprensa uma campanha contra os sindicalistas de tendências progressistas, acusados de "actividade subversiva" e de relações com "centrais" estrangeiras. Na luta contra os piquetes grevistas, eram amplamente utilizados a polícia, o exército e os fura-greves. Registaram-se choques sangrentos. A culpa foi lançada sobre os sindicatos progressistas. De acordo com a nova lei, o governo tornou-se árbitro nos conflitos laborais. É investido de poderes ilimitados para coibir as greves.

Os monopólios, sobretudo estrangeiros, dificultam por todos os meios a sindicalização dos operários. Na Tailândia, por exemplo, na maioria das empresas privadas, não há sindicatos. Os iniciadores da organização dos sindicatos são imediatamente despedidos. Segundo dados do Congresso dos Sindicatos da Tailândia, 5 mi-

lhões de pessoas são assalariadas, das quais apenas 300 mil sindicalizadas.

Também na Índia existem dificuldades na organização do movimento sindical. Engloba não mais de um quarto dos trabalhadores. A filiação nos sindicatos indianos determina-se não pela profissão, mas pela militância num ou outro partido. Os sindicatos sectoriais são raros. Regra geral, em cada empresa existem cerca de dez organizações sindicais. A cooperação delas é difícil e os contactos são raros. Esta é uma das principais fraquezas do movimento sindical da república.

Contudo, a actividade dos sindicatos na Índia intensifica-se. Assim, em 1985 realizou-se a conferência pan-indiana dos sindicatos dos têxteis das quatro maiores associações sindicais do país. A conferência apelou para a nacionalização de todas as fábricas têxteis e de grandes empresas artesanais e para o envolvimento dos operários na sua gestão; ressaltou a necessidade vital de modernizar a produção, de melhorar substancialmente as condições de trabalho e de vida dos operários e de aumentar a produção de tecidos a preços acessíveis aos trabalhadores.

No Paquistão, às acções dos trabalhadores em defesa dos seus interesses as autoridades respondem com a intensificação da repressão anti-sindical. Não cessam as prisões e execuções de sindicalistas e são brutalmente reprimidas as greves organizadas pelos sindicatos. Os activistas sindicais presos não têm o direito à defesa. Os tribunais militares exercem justiça sumária sobre

eles nas próprias prisões. Torturas tornaram-se uma prática diária no Paquistão.

Os participantes no movimento sindical da Turquia estão sujeitos a uma repressão violenta. O típico deste país é um número considerável de pequenas organizações sindicais. As mais representativas são a Confederação dos Sindicatos Operários da Turquia (Turk-Is) e a Confederação dos Sindicatos Operários Revolucionários da Turquia (DISK).

É especialmente nos últimos anos que tem aumentado a influência da DISK, organização sindical de massas, sobre a vida nacional. No quadro das leis estabelecidas, a Confederação luta pelos interesses vitais dos trabalhadores, manifesta-se contra a redução das despesas orçamentais para fins sociais, pelo melhoramento das condições de vida e de trabalho, ampliação dos direitos democráticos e sindicais, independência nacional, pelo progresso social e pela paz. Os meios governantes da Turquia desencadearam uma ofensiva massiva contra esta organização progressista da classe operária turca. Mais de 400 militantes sindicais foram levados a tribunal militar. A Confederação, hoje interdita, conta com mais de 600 mil membros. As autoridades militares acusaram a DISK de propaganda comunista, de actividade subversiva anticonstitucional e de ter, supostamente, o objectivo de derrubar o regime existente. Na realidade, a Confederação nunca actuou na qualidade de partido político. Foi criada em plena conformidade com as normas constitucionais. Mas defendendo os interesses dos

trabalhadores, não podia ficar à margem dos problemas políticos actuais.

Por uma nova ordem económica

Os povos da Ásia, África e América Latina foram submetidos à pilhagem durante a vida de muitas gerações. Mas a liberdade política conquistada pelos povos dos países emancipados foi apenas o primeiro passo dado no caminho da verdadeira independência: independência económica. Em 1974, a VI Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU aprovou a "Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional" e o "Programa de acção para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional".

Foram proclamados os princípios básicos da nova ordem económica internacional: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação de todos os povos, direito de cada país de estabelecer o sistema económico e social que considere conveniente, inadmissibilidade da conquista de territórios pela força, integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, soberania completa de cada país de dispor dos seus recursos naturais e de toda a actividade económica, incluindo o direito à nacionalização e à regulamentação da actividade das corporações transnacionais.

Foram determinados os meios fundamentais de realização destes princípios. No domínio do *comércio externo*: estabelecimento de preços justos

que não prejudiquem os interesses nacionais dos países em desenvolvimento e não contribuam para o enriquecimento dos Estados desenvolvidos à custa deles. No domínio dos *pagamentos internacionais*: a reforma do sistema monetário, tendo-se em conta os interesses e traços específicos dos países em vias de desenvolvimento. No campo das *relações económicas internacionais*, salientava-se a necessidade de aumentar a ajuda para o desenvolvimento e facilitar as condições de sua concessão; bem como a transferência de tecnologias modernas.

Na instauração da nova ordem económica internacional, tem particular importância para os países em vias de desenvolvimento: a exportação de matérias-primas e produtos industriais; a industrialização e a obtenção de tecnologia; a ajuda financeira e a reforma monetária; o melhoramento da situação alimentar; a cooperação económica dos países em vias de desenvolvimento, assim como a resolução do conjunto de problemas relativos à situação dos países economicamente mais atrasados.

A luta pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional é antes de tudo a luta contra o predomínio das corporações transnacionais. Estes monopólios saqueiam os recursos naturais dos países em vias de desenvolvimento, minam a sua economia e impelem a burguesia nacional e os governos ao terror violento contra o movimento operário em fortalecimento.

As transnacionais são inimigas declaradas dos sindicatos. Criando filiais no estrangeiro e utili-

zando a mão-de-obra barata, os monopólios procuram obstaculizar o desenvolvimento dos sindicatos e cindir o movimento sindical. Organizam perseguições cruéis aos dirigentes dos sindicatos e põem na rua os seus activistas. Têm no seu arsenal a chantagem, terror, ameaças, repressão. Obrigam os operários a entrar em sindicatos "amarelos" que actuam docilmente no interesse dos monopólios.

Uma das importantes direcções da luta de classe nos países em vias de desenvolvimento é a oposição à política anti-operária dos monopólios internacionais. Os trabalhadores utilizam formas cada vez mais activas de resistência à política dos monopólios. Cresce o papel das acções e da solidariedade internacionais na luta pelos interesses da classe operária.

A ordem económica internacional existente levou os povos dos países em vias de desenvolvimento a uma profunda crise económica e social que afecta todas as esferas da vida. Por isso, é tão importante rever as relações económicas e políticas entre os países em vias de desenvolvimento e os países capitalistas industrializados. A reestruturação das relações económicas poderá abrir aos trabalhadores dos jovens países perspectivas reais para o aumento do seu nível da vida. A realização dos princípios da nova ordem económica internacional só é possível se existir a unidade de acção entre os países em vias de desenvolvimento e se participarem nesta luta todos os trabalhadores. Só neste caso se poderá acabar com as relações neocolonialistas existentes.

Nos últimos anos, reanimou-se a actividade dos sindicatos, por exemplo, nos países latino-americanos, na luta por condições iguais no comércio, o que está ligado ao agravamento brusco da situação sócio-económica destes países. No entanto, na luta grevista ainda não se avança a exigência do estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Nos últimos anos, os sindicatos dão mais atenção à luta pelo estabelecimento de preços justos para as matérias-primas produzidas nos países em vias de desenvolvimento. Acontece que os preços das matérias-primas baixam constantemente e os preços dos produtos industriais importados sobem de ano para ano.

Os países em vias de desenvolvimento reclamam com insistência cada vez maior o estabelecimento de uma nova ordem económica. As potências imperialistas não estão dispostas a ceder, sobretudo no que se refere à utilização de recursos naturais, ao controlo eficaz sobre as transnacionais, ao acesso de uma série de mercadorias ao mercado dos países em vias de desenvolvimento, etc. As concessões dos Estados capitalistas industrializados aos países em vias de desenvolvimento são mínimas. Nas conferências internacionais, os Estados imperialistas praticamente bloqueiam todas as exigências justas dos jovens países.

Os monopólios internacionais usam os métodos neocolonialistas para penetrar na economia dos países em vias de desenvolvimento. Actualmente, os sectores-chave da economia da maioria dos países africanos estão sob o controlo do capital

5–579

monopolista estrangeiro. Uma das formas principais de participação do capital estrangeiro na esfera de produção dos países africanos continuam a sê-la os investimentos de capital privado a longo prazo e sobretudo os que são feitos em directo. O papel dominante na exportação de capitais para os países africanos cabe às corporações transnacionais que, ainda recentemente, procuravam penetrar nas indústrias de extracção e hoje se infiltram na indústria de transformação.

As filiais das companhias estrangeiras, situadas em África, criam parte considerável do produto interno bruto de muitos países. A parcela das companhias controladas pelos monopólios estrangeiros no produto interno bruto constitui 34% nos países africanos de expressão inglesa e 42% nos países de expressão francesa.

Os lucros das companhias estrangeiras que funcionam nos países africanos ultrapassam consideravelmente os novos investimentos directos. Durante 1970-1980, por exemplo, os investimentos estrangeiros directos nos países africanos em vias de desenvolvimento constituíram 4339 milhões de dólares e os lucros extraídos destes países no mesmo período constituíram 15 923 milhões de dólares. No entanto, os investimentos directos não são o único meio de submissão dos países em vias de desenvolvimento. A dependência em relação ao mercado capitalista controlado pelos monopólios está relacionada com factores, como a flutuação dos preços mundiais dos produtos de exportação, o pioramento das condições do comércio, o aumento da inflação e o crescente endividamento dos países libertados.

Sob a influência das transnacionais, nos países em vias de desenvolvimento mudou a estrutura da produção agrícola: aumentou a produção dos bens para o mercado capitalista mundial e diminuiu a dos produtos alimentares para a população local. Isto faz aumentar os preços dos produtos alimentares.

Os governos de uma série de países em vias de desenvolvimento apoiam a política das transnacionais na esfera agrícola. Assim, intensificou-se a actividade das corporações transnacionais norte-americanas nas Filipinas. A corporação internacional *Del Monte*, cujas granjas, unidades pesqueiras e empresas de industrialização de peixe estão situadas em quase 30 países, possui neste país plantações de ananás, bananas, tomates e legumes. A área total destas plantações é de cerca de 7 mil hectares. Nas Filipinas, as plantações da *United Fruit* ocupam cerca de 16 mil hectares.

A intenção bem insistente destas companhias de aumentar as suas plantações nas Filipinas explica-se pelo que a *Del Monte* paga aos operários que trabalham nas plantações das Filipinas 15 cêntimos por hora, enquanto que os operários das plantações nas ilhas Havai recebem 2,64 dólares por hora. Os operários das fábricas de conservas nas ilhas Havai recebem 2,69 dólares por hora, e a *Del Monte* paga pelo trabalho análogo nas Filipinas apenas 20 cêntimos.

A estratégia de desenvolvimento económico dependente do imperialismo só traz males e sofri-

mentos aos trabalhadores dos países libertados. O objectivo das transnacionais é um só: a obtenção de superlucros. Em nome deste objectivo, obrigam milhões de pessoas do globo a morrer de fome e a padecer de doenças.

Na Índia foi estudada a actividade das empresas farmacêuticas. Em resultado da análise foi estabelecido que os investidores estrangeiros exportaram do país 3 vezes mais capitais do que importaram; 15 transnacionais compensaram os seus investimentos em 4 anos e desde então extraem lucros líquidos, só as companhias dos EUA, que tinham investido 140 mil milhões de dólares, tiravam anualmente do país 76,4 mil milhões de dólares sob a forma de dividendos, juros, pagamentos honorários, etc.; a presença das transnacionais no território do país não contribui para o aumento da ocupação. O número dos postos de trabalho aumentou à custa das transnacionais apenas em 18 mil unidades; 25 transnacionais farmacêuticas controlam mais de metade da produção de remédios, mas estes destinam-se, no fundamental, para a venda em outros países e não para Índia.

As corporações transnacionais utilizam em seu interesse a aspiração dos Estados recém libertados ao desenvolvimento económico. Esta política revela-se mais claramente nas zonas de comércio livre onde se desenvolvem os ramos industriais que respondem às necessidades do mercado capitalista mundial e não aos interesses da economia nacional. O número destas zonas nos países em vias de desenvolvimento aumenta rapidamente.

Nestas zonas, os trabalhadores são praticamente privados da defesa sindical, embora o salário nas empresas das transnacionais seja o mais baixo. Nos países da Ásia, os patrões pagam de 13 a 60 cêntimos americanos por uma hora de trabalho extenuante. O salário tão baixo nas empresas da zona de comércio livre explica-se pela ausência de direitos dos trabalhadores e pela proibição da actividade sindical. O contingente fundamental de trabalhadores nestas zonas são moças na idade de 16 a 25 anos. Elas constituem 75% do número total dos ocupados nos ramos industriais de exportação dos países em vias de desenvolvimento. Em três zonas de transformação dos produtos de exportação em Taiwan, as mulheres constituem 80% da mão-de-obra. Por trabalho igual recebem duas vezes menos que os homens. Trabalham diariamente 10-12 horas, seis dias por semana. As normas de produção são tão elevadas que 8 horas não bastam para as cumprir. Não se respeita a semana de 48 horas de trabalho estabelecida na maioria dos países em vias de desenvolvimento. No Sri Lanka, por exemplo, a semana de trabalho é frequentemente de 70 horas.

Nos países em vias de desenvolvimento, os benefícios sociais pagos aos trabalhadores constituem cerca de 30% do salário total. Nas zonas de comércio livre, aos trabalhadores, regra geral, não se paga nada através da segurança social. Não existem férias nem subsídios por doença. As mulheres grávidas são as mais das vezes despedidas. A intensidade de trabalho é muito elevada.

A produtividade do trabalho, nas zonas de comércio livre dos países em vias de desenvolvimento, geralmente não é inferior à que existe nas produções análogas nos países capitalistas desenvolvidos. A produtividade por hora nas empresas têxteis da Malásia, por exemplo, é igual à produtividade nas empresas idênticas dos EUA, RFA e Japão.

A filiação no sindicato nas zonas de comércio livre é, na maioria dos casos, motivo para despedimento. A interdição à actividade sindical deteriora a situação dos trabalhadores não só nestas zonas, como em todo o país. Se os sindicatos protestam contra a criação de zonas de comércio livre, nas quais não resta lugar para organizações operárias, os direitos sindicais restringem-se em escala nacional, como sucedeu, por exemplo, no Sri Lanka e nas Filipinas.

A luta dos sindicatos dos países em vias de desenvolvimento pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional tem um carácter multiforme. Ela combina-se com as acções dos sindicatos em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e pelo direito à organização. Mas nos sindicatos de alguns países em vias de desenvolvimento tem raízes profundas a ideologia conciliadora intensamente implantada pelo imperialismo, o que dificulta a situação. A política conciliadora de alguns líderes sindicais é uma das causas do surgimento das zonas de comércio livre. Muitos destes dirigentes são partidários da política de portas abertas em que se acentua o fomento das indústrias de exportação. E os principais investidores e organizadores da produção orientada para a exportação são as transnacionais.

A atitude dos sindicatos para com a actividade dos monopólios transnacionais varia. Alguns dirigentes sindicais encaram as transnacionais como a única fonte de capitais para o desenvolvimento dos novos ramos industriais. Acham que as transnacionais aumentam a ocupação, contribuem para a preparação técnica de operários, abrem possibilidades para a utilização dos recursos materiais e humanos nacionais e podem contribuir para o aumento da entrada de divisas obtidas com a exportação dos produtos das suas empresas.

Contra tais atitudes oportunistas manifestam-se os sindicatos que defendem as posições de classe do operariado. Afirmam com justeza que as transnacionais aproveitam qualquer possibilidade para mobilizar os recursos monetários locais, privando de capitais necessários as indústrias nacionais.

À medida que se alarga a esfera da actividade das transnacionais nos países em vias de desenvolvimento, aumenta a dívida destes países. A dívida total ultrapassa, hoje, um bilião de dólares. Assim, por exemplo, aumenta rapidamente a dívida externa dos países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): se em 1984 a sua dívida total constituía cerca de 66 mil milhões de dólares, hoje só a dívida das Filipinas é quase igual a metade deste número.

Explorando os recursos naturais e humanos dos países em vias de desenvolvimento, as trans-

nacionais utilizam as suas riquezas nacionais para enriquecerem de forma inaudita. Por isso, os países em vias de desenvolvimento vêem-se obrigados a recorrer aos empréstimos externos. O pagamento da dívida e dos juros requer novos empréstimos o que gera um círculo vicioso sem saída. Nos nossos dias, os métodos tradicionais de exploração e espoliação dos países em vias de desenvolvimento são completados com métodos novos, por exemplo, com o "colonialismo tecnológico", característico sobretudo da América Latina. Os pagamentos das patentes, licenças, marcas registadas, os serviços de gestão e outros serviços técnicos referentes apenas a seis países latino-americanos (Argentina, Colômbia, Brasil, México, Chile e Venezuela) constituem 30% dos pagamentos de todos os países em vias de desenvolvimento. As transnacionais impõem condições onerosas na venda de licenças, por exemplo, proibindo completamente ou limitando exportação dos produtos fabricados segundo as licenças.

As centrais sindicais nacionais e internacionais dos países em vias de desenvolvimento colocam cada vez mais como um dos pontos das acções conjuntas a luta contra as multinacionais e pela concretização da nova ordem económica internacional. A imaturidade de muitos sindicatos, a esperança que os seus dirigentes depositam na política de paz entre as classes e as acções descoordenadas dificultam a actividade conjunta.

Na etapa actual é impossível lutar eficazmente contra as transnacionais com os esforços de um só

Estado. Mas, por enquanto, o movimento sindical orienta-se para as acções à escala nacional. Existe a contradição entre o desenvolvimento transnacional das corporações e a orientação nacional dos sindicatos. O movimento sindical mundial ainda não conseguiu a unidade na luta contra as corporações transnacionais. Uma das causas disso é o receio dos operários dos países capitalistas desenvolvidos de perder o emprego no caso de transferência da empresa para os países em vias de desenvolvimento. A actividade das companhias transnacionais conduz à redução da ocupação no país-base. Isto leva os sindicatos dos países industrializados a lutar pelo emprego garantido no seu país. Muitas companhias transnacionais procuram debilitar os contactos entre os operários das filiais e da sociedade-mãe, o que desune o movimento sindical. Pagando um salário mais elevado nas suas empresas-base, as companhias *IBM* e *Kodak* praticamente já dividiram os trabalhadores. Além disso, a legislação do trabalho de vários países proíbe as greves e boicotes de solidariedade com os operários estrangeiros.

As corporações transnacionais estão muito melhor organizadas na luta internacional contra os trabalhadores, do que os sindicatos. Aos sindicatos é mais difícil coordenar as greves conjuntas no processo único de produção das diferentes filiais de uma mesma companhia transnacional. A situação é agravada pela cisão do próprio movimento sindical ao nível nacional, quando no mesmo país funcionam várias centrais sindicais

nacionais, frequentemente com posições ideológicas diferentes.

Apesar da orientação política diversa e das atitudes diferentes para com os problemas do desenvolvimento, as maiores organizações sindicais do mundo elaboraram uma atitude comum para com a realização prática da nova ordem económica internacional. A sua essência reduz-se ao seguinte:

— participação multiforme dos trabalhadores e dos sindicatos em todas as etapas de elaboração e realização dos planos de desenvolvimento;

— controlo social, incluindo a nacionalização de todos os sectores fundamentais da economia; gestão democrática das empresas do sector estatal;

— realização da reforma agrária com a participação activa dos camponeses e assalariados agrícolas;

— industrialização voltada para a subida do nível de vida da população;

— introdução de um código de conduta das transnacionais que tenha força de lei;

— regulamentação internacional das questões relativas à transferência de tecnologias;

— reforma do sistema monetário e financeiro internacional a fim de liquidar o predomínio do capital monopolista;

— cooperação económica internacional em pé de igualdade e vantagem mútua; eliminação das barreiras no desenvolvimento do comércio, melhoramento do sistema de preferências em benefício dos países em vias de desenvolvimento;

— garantia do direito dos sindicatos de receber informações necessárias fidedignas;

— direito de concluir contratos colectivos internacionais para os trabalhadores;

— realização de medidas a nível internacional para aumentar a ajuda aos países em vias de desenvolvimento e liquidar as suas dívidas;

— aplicação de medidas eficientes para combater o desemprego;

— cessação da corrida aos armamentos, redução dos orçamentos militares e canalização de uma parte dos meios a se tornarem assim disponíveis para a ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Na realização dos problemas do desenvolvimento, um lugar especial cabe ao desarmamento. A corrida aos armamentos desvia recursos enormes dos objectivos de desenvolvimento. As despesas com os armamentos cifram-se actualmente em centenas de milhares de milhões de dólares por ano. As despesas militares aumentaram consideravelmente não só nos países desenvolvidos, mas também nos países em vias de desenvolvimento. Actualmente, elas ultrapassam os 100 mil milhões de dólares por ano. Como resultado, reduzem-se as fontes de desenvolvimento socioeconómico e de industrialização, aumentam a inflação e as dívidas e limita-se o processo de democratização.

O prejuízo sócio-político causado pela corrida aos armamentos consiste em que mais de um quarto do potencial científico do mundo se concentra na indústria militar. Esta é também

o maior consumidor dos recursos naturais não renováveis. Portanto, a luta pela concretização da nova ordem económica internacional é dirigida também contra as despesas gigantescas com os armamentos.

"Não ao apartheid!"

Todos os homens nascem iguais, independentemente da cor da sua pele, mas há quem queira eternizar a desigualdade e o racismo.

A população autóctone da África do Sul luta em condições difíceis pela sua libertação da discriminação racial e do jugo do capital. Na RAS só os brancos têm o direito de voto. 16% da população são senhores de 86% da terra e de todas as riquezas naturais. Diariamente, mais de 1600 africanos são lançados nas prisões e sujeitos à repressão na base da lei dos passes que proíbe que a população autóctone se desloque livremente pelo país. A grande maioria dos africanos é empurrada para os bantustões que são na realidade, autênticos campos de concentração. Reinam ali as doenças e a fome. Em cada cinco crianças, três morrem por subnutrição antes de atingir a idade de dois anos.

Nos últimos anos, a situação na África do Sul piorou bruscamente. Desencadeou-se uma nova onda de cruéis acções repressivas. O governo racista lança na cadeia pessoas sem julgamento nem inquérito. Entre elas, funcionários sindicais, eclesiásticos e estudantes. Praticam-se torturas e assassinatos nos cárceres policiais.

Os sindicatos desempenham um importante papel na luta contra o apartheid e pelos direitos vitais do povo. Os racistas fazem tudo para debilitar o movimento sindical dos trabalhadores africanos e obrigá-lo a obedecer aos seus interesses. Sob o pretexto da "reforma" do sistema sindical, as autoridades intensificaram a ofensiva contra os direitos sindicais dos africanos. De acordo com uma lei adoptada em 1979, os sindicatos têm o direito de serem registados oficialmente. Mas só se reconhecem juridicamente as organizações que renunciem à luta política e aceitem as condições do apartheid. A lei estabelece um controlo rigoroso sobre a actividade dos sindicatos africanos e defende os privilégios da minoria branca. Nos sindicatos oficiais são poucos os filiados africanos. Apesar disso, o proletariado de origem autóctone criou os seus próprios sindicatos. A maioria dos seus membros trabalha nas indústrias de transformação, nos transportes, no comércio e nas comunicações.

Os últimos anos foram marcados por mudanças qualitativas importantes no movimento sindical da RAS. Assim, só na primeira metade de 1985 houve mais greves do que em 1982, ano-recorde pelo seu número. Em Novembro de 1985 foi criado o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (*SACTU*), federação nacional dos sindicatos negros e anti-racistas que congregava cerca de 500 mil pessoas. Todos os sindicatos africanos contam com cerca de um milhão de membros, enquanto em 1979, ano em que foi permitido criar estas organizações, o seu número era

apenas de 16 mil. Em 1984 e 1985, tiveram lugar as greves grandiosas dos mineiros que foram cruelmente esmagadas pelas autoridades. A primeira greve dos mineiros negros assumiu o carácter geral, mostrando de modo convincente que forças têm os operários negros. Em 1985, pela primeira vez na história do movimento sindical na RAS, um grupo de sindicatos, congregando tanto operários negros como brancos, apresentou ao patronato reivindicações conjuntas: aumento do salário, estabelecimento da semana de trabalho de 40 horas, (hoje a sua duração é de 50 horas), melhoria do seguro social dos operários, etc.

Os êxitos na luta pela unidade dos trabalhadores obrigaram os racistas a passar à ofensiva. As autoridades e os meios da extrema direita desencadearam uma ampla campanha contra os lutadores pela liberdade. Além disso, verificou-se uma cisão entre a população branca. Os funcionários públicos e operários qualificados continuam a manifestar-se pela conservação do apartheid. Parte dos homens de negócio, muitos docentes de escolas secundárias e superiores e estudantes pronunciam-se activamente contra o sistema racista. Disto há causas tanto políticas como económicas. O capital da RAS, fundido com o capital estrangeiro, começou a sentir-se apertado nas fronteiras nacionais. Falta a mão-de-obra qualificada, há dificuldades por causa da limitação do seu livre movimento, etc.

Na etapa actual do movimento operário na RAS, regista-se a mudança do carácter da luta grevista nas empresas estrangeiras. Receando

perder os seus lucros, as corporações transnacionais pugnam pela deslocação livre dos africanos no país e o direito dos empresários negros de fazer negócios nos bairros urbanos dos brancos. O seu objectivo é formar uma burguesia negra como aliada de classe e fonte de dirigentes políticos e sindicais conciliadores e criar a base social para fortalecer o seu domínio. Eliminam-se cada vez mais as restrições para os capitalistas negros no domínio do comércio e de crédito, na compra de terrenos, etc.

O objectivo principal é dividir a população africana, impedir o aumento do papel da classe operária no movimento anti-racista, acabar com a luta grevista e procurar atenuar as contradições entre o trabalho e o capital. Os cabecilhas das transnacionais esperam que modificações insignificantes do sistema do apartheid possam embora exigindo um certo aumento das despesas com salários e fins sociais, acalmar a população africana e permitam explorá-la tal como dantes.

As transnacionais procuram concluir compromissos com os sindicatos, visando levar o movimento sindical para o caminho reformista e concentrar os seus interesses na estreita esfera da economia. Por outro lado, os monopólios em aliança com o regime governante de minoria branca aplicam contra os sindicatos medidas repressivas severas. Assim, a administração da mina de platina "Impala", situada no território do bantustão Bophutatswana, despediu 20 mil operários que participaram numa greve de cinco dias, exigindo

o reconhecimento do seu direito de criar sindicatos e aumentos salariais.

A intensificação da luta de classe dos trabalhadores teve como resultado a criação do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (*SACTU*). Esta central sindical exige que se ponha imediatamente fim ao apartheid. Agrupa cerca de 500 mil operários de 33 sindicatos independentes. O *SACTU* é membro colectivo da Frente Democrática Unida que luta contra o apartheid; exige que da economia da RAS sejam retirados os investimentos estrangeiros e sejam aplicadas sanções internacionais eficientes contra o Estado racista.

Os trabalhadores da RAS agrupam-se cada vez mais em sindicatos multiraciais e lutam contra o inimigo comum a partir de posições de classe comuns. Eis um das centenas de exemplos. A polícia racista pela oitava vez meteu na cadeia o funcionário sindical Tozenile Gweta. Indivíduos "desconhecidos" queimaram a sua casa. No incêndio morreu a sua mãe. Durante os funerais em que participaram mais de 3 mil pessoas a polícia abriu fogo. Também brancos dissidentes são mortos na RAS. Assim foi assassinado Neil Agget, funcionário sindical que lutava contra o apartheid e participava activamente no movimento sindical multiracial. Foi o primeiro branco entre os presos políticos que morreu às mãos das forças repressivas da RAS depois de, em 1963, terem sido introduzidas as detenções e prisões sem julgamento.

Apesar de as greves dos operários africanos serem qualificadas de actos ilegais, em apoio da luta dos trabalhadores manifestam-se camadas cada vez mais amplas da população: estudantes, clero, camponeses, etc. A elevação do grau de combatividade e de unidade organizativa assegura-se pela coordenação da luta económica dos trabalhadores com a actividade política.

Os sionistas de Telavive são verdadeiros racistas em relação à população árabe de Israel, aos seus sindicatos e à população dos territórios árabes ocupados. Um clima de terror, violência e de espezinhamento dos direitos elementares dos trabalhadores paralisa a actividade dos sindicatos. Os palestinianos, as suas organizações, incluindo os sindicatos, são sujeitos a perseguições. As autoridades prenderam milhares de palestinianos. Os carcereiros israelitas torturam os presos com choques eléctricos, atiçam cães contra eles, espancam-nos com cacetetes de borracha e com varas de ferro, penduram-nos pelas pernas, queimam-lhes pele com poutas de cigarro. Entre os presos torturados encontram-se muitos activistas sindicais.

Apesar do terror, violência e perseguições contra os sindicatos árabes, os palestinianos lutam persistentemente pela sua libertação. Nos territórios árabes ocupados, não cessam as manifestações e greves longas da população autóctone. Os sindicatos desempenham nisto um papel activo.

6–579

Os sindicatos nos países de orientação socialista

O aparecimento de todo um grupo de Estados de orientação socialista foi o resultado do desenvolvimento do movimento de libertação nacional e do aprofundamento do seu conteúdo social. No decurso da luta dos povos das ex-colónias pela libertação nacional e social, o desenvolvimento social tomou a direcção que confirmou na prática a conclusão da teoria marxista-leninista sobre a possibilidade do desenvolvimento não capitalista dos países que tinham sido vítimas da pilhagem imperialista.

Os Estados que optaram pela orientação socialista colocam-se o objectivo do crescimento rápido da economia, opõem-se à divisão internacional do trabalho implantada pelos colonialistas, lutam pela criação da base sócio-económica através da ampliação considerável do sector estatal e pela construção de uma sociedade assente nos princípios socialistas. Este desenvolvimento deve conduzir à obtenção da independência económica como resultado da mudança da estrutura da produção industrial e da superação do seu carácter unilateral, da cooperativização da agricultura, bem como graças à reorientação das relações económicas externas para a cooperação com os países socialistas.

Os Estados de orientação socialista têm numerosos e complexos problemas económicos e sociais a resolver. Procuram estabelecer controlo dos sectores decisivos da economia: a indústria, os

transportes, as comunicações, a construção, o comércio externo e interno, os bancos, os seguros, as economias e a circulação monetária. A tomada do poder das posições-chave efectua-se gradualmente.

Os êxitos dos países de orientação socialista dependem, em grande medida, de até que ponto utilizam as vantagens sobre os Estados que optaram pela via de desenvolvimento capitalista.

Estas vantagens são as seguintes: o Estado, apoiando-se nas amplas massas trabalhadoras, pode consolidar a base social do novo regime; a centralização e a planificação do desenvolvimento económico baseiam-se antes de mais no sector estatal da economia; utiliza-se de modo criador a experiência dos países socialistas, tendo-se em conta as condições nacionais concretas; utiliza-se intensivamente o mecanismo das finanças estatais, de créditos e do sistema monetário; mobilizam-se os recursos à custa de uma parte dos rendimentos das camadas ricas, da expropriação das companhias privadas estrangeiras e locais que sabotam as medidas do poder revolucionário e da nacionalização dos bens dos antigos colonialistas que fugiram para o estrangeiro; actividade económica apoia-se não na iniciativa privada, mas nas posições do Estado que se fortalecem na economia, sobretudo nos ramos-chave; os países de orientação socialista recebem toda a ajuda económica e moral do campo socialista e das forças progressistas do mundo.

Não é sem dificuldades que se levam à prática as transformações políticas e sócio-económicas

nos países de orientação socialista. O avanço pela via de desenvolvimento progressista está ligado à superação de contradições internas, tanto herdadas do passado como condicionadas pela própria natureza da passagem para uma sociedade livre de exploração, quando se omite a fase de desenvolvimento capitalista. Também as condições externas são bastante complexas. Os imperialistas não se conformaram com a saída destes Estados do sistema capitalista mundial. Tentando impedir a libertação nacional e social dos povos, apresentam os processos objectivos que ocorrem nos países em vias de desenvolvimento como resultado do "terrorismo internacional". Com estas afirmações cínicas, as potências imperialistas pretendem justificar a sua política de desestabilização dos regimes progressistas e de expezinhamento dos direitos vitais elementares dos povos, na esperança vã de que sejam suspensas as transformações anticapitalistas na zona das revoluções nacional-libertadoras.

Na luta contra os monopólios e seus acólitos muito depende das proporções, força e actividade das organizações sociais dos trabalhadores, entre as quais um importante lugar cabe aos sindicatos.

Se a perseguição violenta dos sindicatos nos países que seguem a via de desenvolvimento capitalista se tornou um fenómeno habitual, nos países de orientação socialista a situação dos sindicatos é diferente. As tarefas dos sindicatos que actuam no interesse de milhões de trabalhadores coincidem com os programas dos partidos políticos no poder e com os objectivos do Estado. O movimento operário desenvolve-se activamente, aumenta a sua contribuição para a edificação da nova sociedade e para a elevação do nível de vida dos trabalhadores.

Na República Popular do Congo funciona a Confederação Sindical Congolesa que congrega nas suas fileiras 100 mil operários e empregados, o que constitui 15% da população activa do país. Realizam actividades com êxito sete sindicatos sectoriais. A Confederação coloca por objectivo a mobilização dos trabalhadores para o cumprimento do programa do Partido Congolês do Trabalho de ascenso económico do país e de elevação do nível de vida material e cultural dos trabalhadores.

Amplia-se a participação dos sindicatos da Etiópia nas transformações sócio-económicas e o número de membros da central sindical etíope se avalia hoje em 300 mil. É análoga a actividade dos sindicatos de Angola, Moçambique, Benine, Afeganistão, Campuchea e de outros países.

O objectivo principal dos sindicatos afegãos, por exemplo, é contribuir activamente para o cumprimento dos planos de elevação da produtividade do trabalho, de aperfeiçoamento da produção, de organização da emulação laboral e de aumento do bem-estar dos trabalhadores. Neste sentido, funcionam eficientemente 30 conselhos provinciais dos sindicatos, integrados por 700 organizações de base com 170 mil filiados. O número de trabalhadores sindicalizados aumenta progressivamente.

Na República Popular do Campuchea, nos anos decorridos após a libertação do país do poder do regime sangrento de Pol Pot, a Federação dos Sindicatos do Campuchea pela Salvação Nacional, fundada em 1979, contribuiu muito para o reinício do trabalho em mais de 300 empresas, para a liquidação do desemprego e do analfabetismo e para a melhoria das condições de trabalho e de vida do povo.

Em Angola, foi aprovado o plano quinquenal de desenvolvimento económico e social do país. Por iniciativa dos sindicatos, realiza-se a emulação patriótica pela execução do plano, na qual participam activamente os trabalhadores angolanos.

O movimento operário dos países de orientação socialista depara com bastantes dificuldades. Muitos sindicatos terão ainda de se consolidar organicamente e de engrossar as suas fileiras, sindicalizando novas categorias de operários e empregados. Mas o principal é que a sua actividade responde aos interesses de milhões de trabalhadores e se efectua livremente, com o apoio do poder popular.

As tarefas concretas dos sindicatos dos Estados de orientação socialista dimanam da essência das tarefas colocadas perante todo o povo. A prática dos países em vias de desenvolvimento demonstra que, nas primeiras etapas, as transformações progressistas (a liquidação dos privilégios e das propriedades feudais, da grande propriedade do capital nacional e estrangeiro e a criação de um poderoso sector estatal na economia) podem ser realizadas mesmo quando a direcção política não se encontra nas mãos da classe operária, mas esta terá obrigatoriamente de se apoiar nela e no povo trabalhador, reservando-se neste processo importantíssimo papel aos sindicatos.

Manifestando-se pela reestruturação das relações económicas desiguais, geradas pelo imperialismo, com base em princípios justos e democráticos, os trabalhadores e os sindicatos dão séria contribuição para a luta comum dos Estados em vias de desenvolvimento pela sua libertação política e social. Nesta luta, gozam de ajuda e apoio constantes por parte da URSS e outros países socialistas.

IV. NAS CONDIÇÕES DO SOCIALISMO

No capitalismo, muitos direitos dos trabalhadores são proclamados pelo Estado, mas não se realizam. Os sindicatos têm de lutar para que o direito consagrado pela lei se torne realidade. No socialismo, a situação é diferente. Na sociedade socialista, os sindicatos influem na realização das tarefas económicas, sociais e culturais, ajudam os trabalhadores a participarem amplamente na administração dos assuntos do Estado e da sociedade e são um importante instrumento do desenvolvimento da democracia, em primeiro lugar na esfera da produção, principal esfera da aplicação das forças criadoras do homem.

Os sindicatos no sistema político do socialismo

Os sindicatos são um importante elemento orgânico do sistema político da sociedade, do sistema da democracia socialista, que assegura o poder dos trabalhadores no interesse da edificação com êxito do socialismo e do comunismo e do progresso de toda a Humanidade. Os sindicatos, assinalava Lénine, são "uma organização que educa, que atrai e instrui; é uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo" [1].

No socialismo, muda o conteúdo e a essência de classe da actividade dos sindicatos. Os sindicatos tornam-se uma activa força criadora, participante directo na edificação da nova sociedade, colaboram estreitamente com o Estado socialista e trabalham sob a direcção do partido marxista-leninista.

Os adversários do socialismo afirmam que, uma vez que os sindicatos dos países socialistas reconhecem o papel dirigente do partido comunista, não são independentes nas suas decisões. No entanto, a experiência da edificação do socialismo refuta esta afirmação.

O triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917 assegurou a criação do primeiro Estado de operários e camponeses no mundo. A classe operária da Rússia converteu-se em classe governante e dominante. Lénine definiu o novo papel e as tarefas dos sindicatos: "Ontem,

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 42, p. 203.

a principal tarefa dos sindicatos era a luta contra o capital e a defesa da autonomia do proletariado como classe. Ontem, a palavra de ordem era a desconfiança no Estado, pois o Estado era burguês. Hoje, o Estado torna-se e tornou-se proletário. A classe operária torna-se e tornou-se classe dominante no Estado. Os sindicatos tornam-se e devem tornar-se organizações estatais, sobre as quais cai em primeiro lugar a responsabilidade pela reorganização de toda a vida económica na base dos princípios do socialismo" [1].

O processo criador de edificação da nova sociedade e de aperfeiçoamento do socialismo é inconcebível sem o papel dirigente e orientador do partido comunista. O aumento do papel do partido comunista reflecte a necessidade objectiva do progresso da sociedade socialista. O partido exerce a direcção política e ideológica das organizações tanto estatais como sociais. Em que consiste a direcção partidária dos sindicatos?

Os sindicatos constituem a base de apoio do partido, são o seu assistente activo. Actuando no seio das massas, ajudam o partido no seu trabalho multiforme de direcção da sociedade e guiam-se pelo programa do partido.

Os sindicatos são organicamente autónomos. Actuam de acordo com os seus estatutos e na base das suas próprias decisões aprovadas por via democrática. O partido respeita a autonomia de organização dos sindicatos, toma-a em conta na sua actividade e não admite a ingerência nos assuntos correntes dos sindicatos. Mas o partido não tem uma política ou ideologia distintas dos interesses fulcrais dos operários e de todos os trabalhadores. O programa do partido é o programa de actividade de toda a classe operária, de todo o povo e, portanto, dos sindicatos.

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 36, p. 160.

Nalguns países socialistas, existem vários partidos políticos que traduzem os interesses de diferentes camadas da sociedade. Actuam de comum acordo num bloco único. Mas ao leme está sempre a vanguarda política dos trabalhadores, o partido marxista-leninista.

A ligação estreita entre os sindicatos e o partido, cabendo ao partido o papel dirigente e reservando-se aos sindicatos a autonomia de organização, é uma norma legítima das suas relações no socialismo.

Os sindicatos desempenham importante papel na preparação e realização das eleições para os organismos do poder de Estado. Para os órgãos do poder de Estado, são eleitos muitos dirigentes e activistas sindicais. Representantes dos sindicatos da URSS, por exemplo, participam no trabalho do governo da URSS, dos governos das repúblicas federadas, dos diversos ministérios e departamentos e dos Sovietes de Deputados do Povo.

A propriedade social dos meios de produção e o sistema socialista de administração da economia constituem a base económica da cooperação dos sindicatos com o Estado. A Constituição e outros actos legislativos formam a base jurídica desta cooperação. É significativo que na URSS

não tenha sido aprovado um sequer acto que restrinja os direitos dos sindicatos. Os poderes estão em ampliação contínua.

O Estado socialista apoia por todos os meios a actividade dos sindicatos na gestão da produção. As questões relacionadas com a participação dos trabalhadores na gestão da produção regulam-se por organismos estatais em conjunto com os seus homólogos sindicais. Os direitos respectivos dos cidadãos, dos colectivos de trabalhadores e dos sindicatos e os deveres dos organismos económicos de Estado e dos seus funcionários administradores estão consagrados nas constituições, nas leis do trabalho e em outros actos normativos dos países socialistas e estão fixados nos estatutos dos sindicatos e nas resoluções dos seus órgãos centrais. Uma das formas, sob as quais se expressa a democracia real, assegurando as funções, os direitos e a actividade prática dos sindicatos, consiste no facto de as suas relações e questões internas (a estrutura interna, os direitos e os deveres dos seus membros, a competência, as formas e os métodos de trabalho, etc.) serem regulamentadas unicamente pelas normas estabelecidas pelos próprios organismos sindicais nos estatutos sindicais, dos sindicatos sectoriais e por outros actas de índole sindical. O seu cumprimento assegura-se exclusivamente pela disciplina social e sindical e não por normas jurídicas.

O Estado socialista, não só não se imiscui na actividade dos sindicatos, como também garante por lei o seu direito a tomar decisões independentes. Desta forma, os sindicatos organizam-se

e funcionam numa base verdadeiramente democrática.

Os sindicatos na URSS são poderosas organizações sociais que congregam mais de 140 milhões de pessoas. Com base no princípio de voluntariedade, integram-nos os membros dos colectivos de trabalhadores das empresas industriais e agrícolas, cooperativas agrícolas, instituições, estabelecimentos de ensino superior e médio especializado, das escolas técnico-profissionais, independentemente da sua nacionalidade, sexo e religião. Predominam nos sindicatos os operários. Nos últimos anos, registou-se um aumento no número de camponeses membros de cooperativas de produção.

A estrutura orgânica dos sindicatos assenta nos princípios do centralismo democrático: todos os órgãos sindicais, da base ao topo, são eleitos pelos membros do sindicato e prestam contas da sua actividade perante eles; as organizações sindicais resolvem todas as questões da actividade sindical em consonância com os Estatutos dos sindicatos e decisões dos órgãos sindicais superiores; as resoluções das organizações sindicais são adoptadas por maioria de votos dos membros do sindicato; os órgãos inferiores do sindicato subordinam-se aos superiores.

Os sindicatos organizam-se segundo o princípio de produção, isto é no local de trabalho: todos os que trabalham numa empresa, numa instituição ou numa cooperativa se agrupam na mesma organização sindical.

O fundamento do sindicato é constituído pelas

organizações de base (das empresas, instituições, etc.), encabeçadas pelos comités sindicais electivos. Além dos organismos sindicais sectoriais, funcionam também os regionais que permitem levar mais plenamente em linha de conta as particularidades regionais no trabalho sindical. À frente dos sindicatos dos países socialistas, estão as suas centrais únicas, os conselhos centrais. Na URSS, é o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos (CCSS).

Sendo um dos elementos básicos do sistema político da sociedade socialista, os sindicatos exercem as seguintes funções:

— económica (influência sobre a construção económica e na realização das tarefas económico-produtivas, o que é o resultado do desenvolvimento dos princípios democráticos da gestão da produção e do aumento da actividade laboral das massas;

— defensiva (aperfeiçoamento das relações sociais, protecção dos interesses e direitos legítimos dos trabalhadores e melhoria das suas condições de trabalho e de vida),

— educativa (elevação do nível de instrução geral e técnica e cultural dos trabalhadores);

— internacionalista (luta pela paz, desenvolvimento da cooperação internacional e participação no movimento operário e sindical internacional).

A incorporação dos trabalhadores na gestão da produção

Os partidos comunistas e operários e os sindicatos dos países socialistas dão grande atenção à ampliação da participação dos trabalhadores na gestão da produção.

Aumenta o papel dos sindicatos no processo de desenvolvimento da autogestão social, amplamente realizado nos países socialistas. Lénine definia a autogestão no socialismo como pleno poder dos trabalhadores, em que "o próprio povo se dirige a si mesmo" [1]. A participação dos trabalhadores na gestão da produção é, por um lado, uma forma de desenvolvimento dos princípios democráticos da gestão e, por outro, deve contribuir para a elevação da eficácia da produção. Tudo isto faz parte da actividade dos sindicatos.

A participação dos trabalhadores na gestão da produção nos países socialistas tem uma grande variedade de formas. Nas empresas convocam-se as assembleias sindicais, as conferências de trabalhadores e membros dos sindicatos; têm ampla difusão a emulação socialista, o movimento de inventores e racionalizadores e a actividade técnico-científica criadora dos trabalhadores. Nalguns países socialistas, funcionam os conselhos de produção que tomam decisões sobre as questões actuais da produção e das condições de vida dos trabalhadores; pratica-se uma forma específica de participação dos trabalhadores na gestão da produção: as reuniões de delegados sindicais (na

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 31, p. 243.

Hungria), ou os conselhos de trabalhadores (na Bulgária e Roménia). Criam-se grupos de operários, empregados e representantes da intelectualidade científica e técnica para resolver um problema económico ou de produção importante para a empresa.

A planificação da produção social é uma forma importante de actividade económico-produtiva dos sindicatos. A participação dos sindicatos na planificação abrange praticamente todas as esferas do desenvolvimento sócio-económico a todos os níveis: desde a elaboração dos planos da empresa até ao plano estatal. Os projectos de planos das empresas são examinados nas assembleias dos operários que podem apresentar aditamentos e emendas ao plano. Os órgãos estatais e administrativos levam em consideração as opiniões dos representantes dos sindicatos durante a discussão dos projectos de planos. Os sindicatos não só organizam a discussão dos projectos de planos nos colectivos de trabalhadores, como participam na recolha e generalização das propostas dos trabalhadores. Aplicam-se as mais diversas formas de participação dos trabalhadores na elaboração dos planos: planos individuais dos operários, planos das brigadas, planos de actividade criadora dos especialistas.

Na maioria dos países socialistas, verifica-se uma viragem radical da política económica para a intensificação da produção com base na modernização técnica acelerada da produção, na reestruturação do mecanismo económico e no autofinanciamento. Este último é o método de direcção

planificada da economia socialista, baseado na comensuração dos gastos da empresa e dos resultados da sua actividade produtiva. Prevê a compensação das despesas com as receitas, a rentabilidade da produção e permite conjugar os interesses da sociedade com os interesses de cada colectivo e de cada trabalhador.

Em relação a isto, muitas mudanças ocorrem também na actividade dos sindicatos. Os sindicatos envidam agora seus esforços para mudar radicalmente a atitude dos operários e dos seus colectivos para com a qualidade dos produtos. Na URSS, até o fim de 1990, a quota da produção correspondente ao nível mundial deverá atingir 80—85% e da produção nova, 100%. Uma das novas formas de actividade dos sindicatos neste domínio é a criação, em todas as empresas, de grupos e círculos de qualidade, o desvelo pela elevação da qualificação dos operários, a organização de concursos e a criação de escolas de mestria profissional ao nível das empresas e equipas avançadas.

A emulação socialista é um dos mais importantes elementos do mecanismo de direcção dos processos económicos e sociais na sociedade. Organizar a emulação socialista, definir as suas condições, fazer o balanço, premiar os trabalhadores e os colectivos avançados, generalizar a experiência avançada — tudo isto faz parte do círculo de obrigações dos sindicatos e seus organismos dirigentes.

A organização da emulação socialista assenta nos princípios formulados por Lénine: o carácter

aberto e público de qualquer empreendimento, a comparabilidade dos resultados e a possibilidade de repetir a experiência avançada. O primeiro princípio, mais conhecido agora como *glasnost*, manifesta-se na discussão dos planos de resposta dos compromissos de emulação socialista e do decorrer da sua execução, nas reuniões de operários, na informação dos trabalhadores sobre os compromissos dos colectivos e os resultados da emulação laboral; na informação regular sobre o curso da emulação e cumprimento dos compromissos e sobre os estímulos materiais e morais da emulação; na utilização, para este fim, dos jornais e da rádio da fábrica, cidade ou distrito, da imprensa mural, stands, etc.

A comparabilidade assegura-se mediante a comparação dos resultados do trabalho dos operários isolados dos colectivos, cujos índices de actividade na emulação socialista são similares.

A repetição da experiência avançada é o intercâmbio de êxitos alcançados no trabalho; a ajuda aos atrasados; intercâmbio de novidades técnicas entre empresas; a demonstração da experiência avançada nas exposições de criatividade científica e técnica, nos concursos profissionais, nos conselhos de produção ou nas associações criadoras dos trabalhadores.

Os sindicatos sintetizam a experiência avançada dos inovadores e operários de vanguarda e elaboram os planos de introdução desta experiência; organizam o estudo da experiência avançada nos seminários e círculos de elevação do nível profissional dos operários, engenheiros, técnicos e empregados; enviam brigadas ou trabalhadores isolados para outras empresas, conferências, etc. para estudarem a experiência avançada; preparam propostas sobre o estímulo material e moral dos trabalhadores pelos êxitos na difusão e introdução da experiência avançada.

Os sindicatos procuram tornar mais eficientes as formas da emulação laboral dirigidas para a dinamização da criatividade científico-técnica e a aplicação dos seus resultados na produção. Trata-se da emulação dos inventores e racionalizadores; dos concursos dirigidos para a realização de tarefas científicas e técnicas; os planos individuais dos especialistas que visam aumentar o nível técnico da produção; os acordos sobre a cooperação científico-técnica entre os agrupamentos empresariais e fábricas, por um lado, e as instituições de investigação científica ou escolas superiores, por outro.

Na URSS, a emulação visa não só aumentar a produtividade do trabalho, como alcançar o nível máximo nas produções similares; não só poupar os recursos materiais, como assegurar o incremento da produção à custa da poupança dos recursos; não só aumentar a produção dos bens e ultrapassar os planos, como, antes de tudo, aumentar a quantidade de produtos de alta qualidade e cumprir obrigatoriamente todos os compromissos contratuais.

Os sindicatos dão especial atenção ao desenvolvimento da *criatividade técnica dos trabalhadores*. Funcionam diversas associações sociais criativas: conselhos de inovadores, secções de desenhos

e projectos, brigadas complexas, instituições de experiência positiva, etc. O objectivo principal da sua actividade consiste em elaborar e aplicar na produção as inovações técnicas e científicas, aumentar, nesta base, a produtividade do trabalho e melhorar a qualidade dos produtos.

No socialismo, criatividade técnico-científica e a actividade de inventores e racionalizadores constituem parte da política que o Estado aplica para fomentar a ciência e as tecnologias. Em muitos países socialistas foram adoptadas importantes decisões a respeito da aceleração do progresso científico-técnico que ampliam os direitos dos inovadores e actualizam as normas legislativas no domínio da invenção e racionalização.

Os sindicatos participam também no desenvolvimento da actividade criativa dos trabalhadores. Estimulam as amplas massas trabalhadoras a revelarem iniciativa criadora no aperfeiçoamento da técnica e tecnologia e da organização da produção; contribuem para a aceleração do progresso científico-técnico mediante a utilização mais operativa das invenções e propostas de racionalização na economia nacional; aplicam os estímulos materiais e morais à actividade criativa dos trabalhadores. Tudo isto assegura a ampliação da criatividade técnica dos trabalhadores e o aumento da sua eficácia económica.

As forças criadoras dos inovadores são canalizadas, em primeiro lugar, para a busca de soluções integrais, conducentes à mudança substancial da base técnica da produção e à obtenção de maior eficácia económica. Um dos critérios da avaliação da actividade dos colectivos de trabalhadores, quando se faz o balanço da emulação socialista, é o contributo concreto dos inventores e racionalizadores na elevação da eficácia e da qualidade da produção, no aumento da produtividade do trabalho e na poupança de recursos. São tomados em linha de conta os índices como a diminuição do preço de custo, a economia da força de trabalho e o aumento da parcela dos produtos de alta qualidade, obtidos através da aplicação de inovações científicas.

A Associação de inventores e racionalizadores da URSS conta com cerca de 14 milhões de membros. Além disso, funcionam 24 associações de criatividade e pesquisa científico-técnicas, organizadas pelos ramos da produção, que contam com cerca de 12 milhões de pessoas.

Na Bulgária, para atrair os inovadores à solução dos problemas da poupança e atitude parcimoniosa para com os recursos, utilizam-se amplamente as contas pessoais (cadernetas da caixa económica), organizam-se competições pelo título de "milionário" (atribui-se aos operários e empregados que conseguem economizar ao Estado 1 milhão de levas com a aplicação das suas inovações) e concursos pela melhor proposta de poupança.

Na Hungria, segundo cálculos de economistas, o rendimento obtido com a aplicação das invenções e propostas de racionalização constitui em média 7—8% do lucro das empresas. Com a ajuda dos inventores e racionalizadores economiza-se um quarto do custo dos materiais e energia

utilizados na economia nacional. Os sindicatos organizam o intercâmbio de experiências entre os melhores colectivos e exposições de inovadores para aumentar até 60% a poupança de matérias--primas e materiais, obtida à custa da utilização das invenções e propostas de racionalização.

Na RDA, o ritmo anual de aumento numérico de inovadores atinge 8—10%. Em cada três operários um é racionalizador.

A Checoslováquia ocupa o sexto lugar no mundo quanto ao número de pedidos de invenção registados. Cada empresa e instituição de investigação científica tem programas de desenvolvimento da criatividade técnica e utilização das invenções e propostas de racionalização que contêm tarefas concretas para alcançar metas determinadas no desenvolvimento do espírito inovador.

A criatividade colectiva tem uma importância cada vez maior na economia socialista. A prática mostra que precisamente os colectivos de especialistas e operários de diferentes profissões são capazes de resolver os problemas técnicos mais complexos.

Na RDA, por exemplo, a colaboração criadora entre os operários, engenheiros e técnicos manifesta-se em que, já na etapa da elaboração, os compromissos socialistas dos operários se coordenam com os planos individuais dos engenheiros e técnicos. Além disso, criam-se diversas brigadas criadoras, em que os operários, engenheiros e técnicos trabalham em conjunto segundo os planos colectivos do progresso científico-técnico. No

país, há mais de 600 mil colectivos de inovadores. A eficácia económica média das propostas elaboradas no colectivo é 6—7 vezes superior à das propostas apresentadas por inovadores individualmente considerados.

Na Checoslováquia, são amplamente difundidas as brigadas integrais de racionalizadores. São mais de 17 mil e agrupam 165 mil operários, cientistas, engenheiros e técnicos.

Na Bulgária, realiza-se o Programa nacional especializado de elevação da eficácia sócio-económica do movimento de inventores e racionalizadores que prevê aumentar o número de inovadores, de propostas e a sua eficácia económica. Grande atenção é dispensada ao ensino dos métodos de actividade criadora aos trabalhadores e à propaganda da experiência positiva dos inovadores. Funcionam no país 12 escolas em que se ensinam os métodos de criatividade técnica e um centro científico único para os problemas do desenvolvimento da criação técnico-científica dos trabalhadores.

Os organismos estatais e sindicais da Hungria concluem acordos especiais com os conselhos distritais dos sindicatos e os gabinetes estatais para as invenções, nos quais se prevê a realização de concursos entre os inovadores de várias empresas, a organização de "semanas de protecção dos direitos dos inventores", com a participação do Bureau Estatal para os problemas de invenções e dos organismos administrativos, e outras medidas. Nas empresas, os comités sindicais ajudam a formar os colectivos de inovadores e criam con-

dições necessárias para a sua actividade criadora; a administração das empresas informa a organização sindical sobre os resultados do cumprimento dos acordos e concorda com ela a ordem de estímulo e as condições que são impostas aos inovadores.

Na Roménia, a principal forma de desenvolvimento da criatividade técnica nas empresas baseia-se nos círculos de inovadores sob a direcção do comité sindical. Estes círculos em conjunto com os comités de engenheiros e técnicos definem os temas dos projectos e informam os inventores e racionalizadores sobre as novidades científicas e técnicas.

O colectivo de trabalhadores assume particular importância no desenvolvimento da gestão democrática da empresa socialista. Actua na base do *contrato colectivo*, acordo bilateral entre a administração e o sindicato que age em nome do colectivo de trabalhadores. Um importante lugar neste contrato ocupam-no os compromissos assumidos reciprocamente pela administração e pelo colectivo a respeito da execução do plano, organização da emulação socialista, poupança de energia, matérias-primas e materiais, etc. Todas as medidas estipuladas no contrato são garantidas pelos fundos das empresas.

O colectivo de trabalhadores realiza *reuniões gerais* de operários e empregados que constituem a base da participação directa dos trabalhadores na gestão da produção. Nas reuniões gerais, os membros do colectivo analisam o trabalho da empresa, criticam as deficiências e apresentam

propostas. A administração e o comité sindical estudam-nas e definem os meios de as realizar. Os dirigentes administrativos e sindicais informam nas reuniões o colectivo sobre as medidas aplicadas para melhorar as condições de vida dos operários e empregados, organizar o seu descanso, elevar o seu nível cultural e de instrução etc.

Na RDA, as assembleias permanentes de produção compõem-se de representantes da administração, da direcção das organizações do partido, sindical e juvenil, dos engenheiros e técnicos e dos trabalhadores de vanguarda. Os operários constituem 60—70% destes conselhos. Participam na elaboração e discussão dos planos de produção, dos planos do progresso científico-técnico, de mecanização da produção e melhoria das condições de trabalho. Nessas assembleias definem-se as medidas para reduzir a taxa de artigos defeituosos e a perda do tempo útil, utilizar por completo os equipamentos, melhorar as condições de trabalho e as técnicas de segurança e apresentam-se propostas sobre a elevação do nível de qualificação e a distribuição de quadros.

Por iniciativa dos sindicatos e apoiada por decisão especial do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, existe a prática de "notas para o plano". Em livros especiais, os operários assinalam as causas das perdas do tempo de trabalho, do não funcionamento dos equipamentos, como também as suas considerações sobre o aperfeiçoamento da organização do trabalho e da produção. As "notas para o plano" são sistematicamente analisadas pelas comissões

especiais, nas quais participam um em cada três membros dos sindicatos da RDA. As comissões devem não só examinar todas as propostas, como também apresentar uma conclusão escrita sobre a sua utilidade, racionalidade ou necessidade de aperfeiçoar a ideia.

Os sindicatos húngaros desenvolvem eficientemente o movimento "trabalho sem falhas". O seu objectivo é assegurar a melhoria da qualidade das produtos e diminuir a produção de artigos deficientes. O sistema "trabalho sem falhas" abrange os mais diversos aspectos da produção. Dirige-o o conselho da empresa, encabeçado pelo presidente do comité sindical, e que trabalha em conjunto com a administração. O programa de realização do sistema "trabalho sem falhas" elaborado pelo conselho contém mais de 100 pontos que prevêem medidas para a rigorosa observação do funcionamento da tecnologia, o melhoramento da qualidade dos trabalhos de reparação e de profilaxia.

Na Bulgária, as assembleias dos trabalhadores ou as reuniões dos representantes plenipotenciários do colectivo de trabalhadores têm o direito de tomar decisões sobre as questões fundamentais do desenvolvimento da empresa. A assembleia ou a reunião dos representantes plenipotenciários elegem por dois anos o conselho económico da empresa, no qual entram 15 ou 21 pessoas (não menos de 50 % dos operários, engenheiros e técnicos). O conselho económico determina a estrutura da empresa e da direcção, aprova o orçamento das receitas e despesas, discute

o curso da execução do plano e resolve com o comité sindical as questões litigiosas na avaliação dos resultados da actividade económica. O conselho presta contas perante a assembleia (ou a reunião dos representantes plenipotenciários).

Na Roménia, o principal órgão no sistema de gestão da empresa é a assembleia dos trabalhadores, e nas grandes empresas a reunião dos representantes. A assembleia aprova os compromissos socialistas assumidos pelo colectivo e o plano de medidas técnico-organizativas para os cumprir, aprova o contrato colectivo, etc. A assembleia elege os representantes dos trabalhadores para o organismo colectivo de gestão da empresa, o Conselho de trabalhadores, que aprova os planos anuais e quinquenais, define a estrutura orgânica da empresa e resolve os problemas de abastecimento e venda.

Na Hungria, são amplamente difundidos os organismos colectivos de gestão da empresa, como, por exemplo, o conselho de directores que se compõe de um director (presidente do conselho), vice-directores, dirigentes de algumas secções e dois operários delegados pelo sindicato. O conselho de directores tem o direito de tomar decisões sobre as questões seguintes : determinação do sistema de gestão da empresa; comercialização e formação dos preços (para certos tipos de mercadorias); o direito de realizar pagamentos com outras empresas ou trusts; a aprovação dos indicadores fundamentais do plano anual e do balanço; a saída independente para o mercado externo.

Na URSS, ampliação substancial dos objectivos e das orientações do trabalho sindical está ligado à Lei sobre a Empresa Estatal que consolida, por meio da legislação, a combinação, na actividade das empresas, do princípio da planificação com o regime de pleno autofinanciamento e legitima novas formas de autogestão. De acordo com esta Lei, a parte do fundo salarial economizada fica na empresa para premiar os que, segundo a opinião do colectivo, trabalharam melhor. Se o volume da produção estabelecido no plano é obtido com um número de pessoas inferior ao previsto no plano, os meios economizados destinam-se ao aumento do salário dos restantes trabalhadores. Nas condições do socialismo, onde não existe o desemprego, todas estas medidas se realizam no interesse dos trabalhadores. Os sindicatos regulam estes processos baseando-se na opinião do colectivo.

De acordo com esta Lei e a Lei sobre os Colectivos de Trabalhadores, a situação jurídica do colectivo como importante elemento do sistema político, económico e social do socialismo, ultrapassa os limites da sua actividade produtiva estrita. A Lei sobre a Empresa Estatal prevê a eleição dos dirigentes administrativos pelo colectivo de trabalhadores e cria condições para a discussão aberta das candidaturas. O colectivo de trabalhadores participa na planificação da produção e do desenvolvimento social da empresa e contribui para a elevação da actividade laboral e sócio-política dos trabalhadores. O exercício dos direitos do colectivo de trabalhadores na esfera da

gestão permite coadunar os interesses da sociedade, colectivo e de cada trabalhador.

O colectivo de trabalhadores exerce a ampla gama dos seus direitos e deveres, referentes à gestão da produção, nas assembleias e conferências, órgãos superiores do colectivo. Não se afectam, no entanto, os direitos da administração ou das organizações sociais do colectivo. Estes órgãos devem funcionar sistematicamente, revelando e tendo em conta a opinião das organizações sociais, as suas propostas e recomendações.

Tem especial significado, na URSS, a participação dos trabalhadores no controlo social sobre a produção e a distribuição. As organizações sindicais incorporam os operários e empregados no controlo da execução dos planos de produção, dos planos de construção habitacional e sócio-cultural, o controlo sobre o trabalho dos estabelecimentos do comércio e da alimentação pública e dos serviços à população. No controlo social sobre o estado da protecção do trabalho e as técnicas de segurança participam cerca de três milhões de inspectores extranumerários e membros das comissões adequadas dos comités sindicais.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento das formas de participação dos trabalhadores na gestão da produção nos países socialistas têm bases objectivas. Elevou-se consideravelmente o nível de instrução e profissional dos operários. A mudança do carácter do trabalho e a elevação do nível de preparação profissional dos trabalhadores significa que a sua grande maioria possui conhecimentos e experiências necessários para resolver as

questões da gestão da produção. Aumenta o interesse e a responsabilidade dos trabalhadores pelos resultados da actividade da fábrica e do agrupamento empresarial e a possibilidade de influir no aperfeiçoamento da produção.

Os sindicatos da URSS contribuem activamente para a organização e aperfeiçoamento do trabalho das cooperativas na esfera da produção e dos serviços. Desenvolve-se a empreitada familiar na agricultura. Os comités sindicais das empresas industriais ajudam os trabalhadores no desenvolvimento da fruticultura e horticultura nas economias auxiliares. Para este fim, concedem-se gratuitamente aos trabalhadores organizados em cooperativas parcelas de terreno (pois na URSS a terra é propriedade de todo o povo); os sindicatos ajudam a adquirir materiais, instrumentos, sementes, etc. Os produtos agrícolas cultivados nessas terras são propriedade dos que as trabalham.

O trabalho dos sindicatos dos países socialistas, dedicado ao desenvolvimento da actividade criadora dos trabalhadores na gestão da economia, reduz-se às seguintes direcções fundamentais:

— A influência activa sobre a ampla participação dos trabalhadores na preparação e realização dos planos de desenvolvimento económico e social. Isto consegue-se com base na unidade orgânica da planificação centralizada e da elaboração dos planos a partir "de baixo" e informando os trabalhadores sobre o estado e as perspectivas do desenvolvimento da empresa; nos compromissos socialistas anuais e quinquenais dos trabalhadores; na influência social sobre as perspectivas do desenvolvimento técnico-científico e social dos colectivos; na utilização eficiente de todos os recursos à disposição do colectivo de trabalhadores; no desenvolvimento dos sistemas de revisão das normas por iniciativa dos trabalhadores.

— O estabelecimento do controlo operário eficiente sobre a produção e toda a actividade económica. Isto manifesta-se na análise sistemática dos resultados da emulação socialista alcançados num dia, numa década e num mês; na revelação e eliminação dos pontos fracos do trabalho; na influência dos sindicatos sobre a observância da disciplina na execução, no trabalho e na produção; na avaliação social das qualidades profissionais, políticas e morais dos quadros dirigentes, engenheiros e técnicos.

— O aumento da influência social sobre a medida do trabalho e da remuneração. Isto realiza-se através da avaliação do contributo do colectivo e de cada trabalhador nos resultados da actividade da empresa, de que depende a distribuição dos prémios; através da diferenciação dos prémios com base nos índices que caracterizam a atitude dos trabalhadores perante o trabalho.

— A criação do sistema de organismos de gestão na empresa, o aumento do papel dos sindicatos na direcção deste sistema; o aumento da influência dos contratos colectivos na vida económica da empresa; a elaboração dos contratos tanto anuais como a longo prazo e a ampliação do seu conteúdo.

— O estudo multilateral e a utilização criadora da experiência dos sindicatos dos países socialistas no desenvolvimento da iniciativa e da actividade dos trabalhadores na gestão da economia.

O aperfeiçoamento das relações sociais

A participação dos trabalhadores na gestão da produção não se limita apenas ao cumprimento das tarefas produtivas. Na actividade dos sindicatos um importante lugar ocupa a função defensiva.

Os sindicatos exercem a função de defesa nas direcções seguintes: aperfeiçoamento das normas e da remuneração do trabalho, dos estímulos material e moral; controlo da observância da legislação laboral, a protecção e a segurança do trabalho, criação de condições favoráveis de trabalho, diminuição da parcela do trabalho pesado, insalubre e manual através da mecanização e automatização da produção; a gestão do seguro social; aplicação de medidas sanitárias; distribuição de habitações, melhoramento dos serviços habitacionais e sócio-culturais, do comércio e da alimentação pública; controlo da observância da disciplina laboral, das regras e normas de vida da sociedade socialista.

Aos comités sindicais das organizações de base são concedidos amplos direitos no domínio das normas de trabalho e de salário. Só os sindicatos determinam as formas e sistemas concretos de remuneração do trabalho; atribuem as categorias de qualificação aos operários; aprovam o regulamento sobre os prémios; estabelecem e revêem as normas de produção (de tempo); autorizam o exercício simultâneo de várias profissões afins e estabelecem os pagamentos adicionais; aprovam os orçamentos e a ordem da utilização dos fundos de estímulo material para necessidades sócio-culturais e a construção habitacional.

Por que é que os sindicatos participam no estabelecimento das normas de trabalho? Porque no contexto da revolução científico-técnica as condições de trabalho mudam com grande rapidez. À medida que se introduzem equipamentos novos e se modernizam os existentes, se aplica a tecnologia moderna, se realiza a mecanização e automatização da produção, se aperfeiçoa a organização dos postos de trabalho, etc., alteram-se também as normas de produção. As normas antiquadas devem ser revistas também para melhorar a organização da produção e do trabalho, para elevar a qualificação profissional e para aperfeiçoar os hábitos de trabalho dos operários e empregados. Neste domínio, o trabalho fundamental é realizado pelas comissões para o salário e pelos comités sindicais que elaboram as normas. Fazem parte delas as operários, empregados, engenheiros e técnicos.

Nas novas condições de gestão, quando aumenta a autonomia das empresas com a passagem para o regime de pleno autofinanciamento, os sindicatos soviéticos dedicam particular atenção ao controlo sobre o aperfeiçoamento da remuneração do trabalho e a utilização mais racional dos fundos sociais de consumo. Nas empresas

8–579

criam-se vários fundos de estímulo económico à custa do lucro. A sua utilização é da competência exclusiva do colectivo operário.

Apesar de no socialismo não existirem a exploração do homem pelo homem, o desemprego e a desigualdade social ou nacional, a função defensiva exercida pelos sindicatos é necessária. Contudo, ela é à primeira vista incompreensível. O Estado, o partido e todas as organizações sociais actuam só no interesse dos trabalhadores. Então, por que é que é necessário defendê-los? E, de quem? Da burocracia ou da violação da legislação laboral por alguns funcionários. Podem servir de exemplo o trabalho extraordinário injustificado, as deficiências na protecção do trabalho, o exame inoportuno das queixas e reclamações dos trabalhadores. Os sindicatos fiscalisam o cumprimento da legislação laboral pela administração da empresa, prestam assistência jurídica aos trabalhadores, esclarecem a essência das leis e defendem os seus direitos.

Os sindicatos fazem muito para garantir a segurança do trabalho. As normas de higiene e protecção do trabalho elaboram-se para todos os postos de trabalho unica e exclusivamente com a participação dos organismos sindicais. Dizem respeito à escolha do lugar para a construção de empresas, aos sistemas de aquecimento, ventilação, água canalizada, iluminação, à defesa contra o ruído, vibração e outros factores nocivos, como também à satisfação das necessidades dos trabalhadores em salas para diversos usos.

As normas da protecção do trabalho têm um

carácter legislativo. A inspecção técnica do trabalho dos sindicatos tem para o efeito os direitos adequados. Ajudam-na os inspectores sociais e as comissões dos comités sindicais para a protecção do trabalho.

A ordem de utilização dos recursos para a melhoria das condições de trabalho é fixada no contrato colectivo. A roupa de trabalho e os meios de defesa distribuem-se gratuitamente e segundo normas estabelecidas. Aos operários ensinam-se os métodos e as técnicas de segurança no trabalho assim como, as regras de higiene.

Na URSS, a passagem ao trabalho em dois e três turnos, a fim de utilizar com maior eficácia os equipamentos modernos, colocou os sindicatos perante a necessidade de reorganizar o trabalho dos transportes, do comércio, dos estabelecimentos de ensino e instituições pré-escolares e dos serviços à população. Os operários que trabalham nos turnos nocturnos recebem um salário elevado. Nas empresas são criadas condições para o trabalho altamente produtivo: em todos os turnos os trabalhadores têm à sua disposição comida quente e funcionam diversos serviços. O funcionamento dos equipamentos em vários turnos organiza-se no interesse do povo. A utilização mais enérgica dos equipamentos modernos de alto rendimento permite retirar da produção as máquinas antiquadas e perigosas, desistir da construção de algumas empresas e oficinas novas e utilizar os meios destinados a estas obras na construção de habitações e instituições sócio-culturais para os trabalhadores.

Um sector especial no trabalho dos sindicatos é a previdência social. Nos países socialistas, o seguro social estatal é um sistema de assistência aos trabalhadores na velhice, nos casos de perda de capacidade de trabalho e em outros casos previstos por lei. A segurança social é gratuita, isto é, efectua-se através dos fundos sociais do consumo, sem descöntos do salário. O Estado assume todas as despesas com o seguro social. Na URSS e noutros países socialistas, são os sindicatos que administram o seguro social.

Os sindicatos consideram tarefa dos organismos de seguro social a prevenção das doenças comuns e profissionais e dos acidentes de trabalho. E prevenir significa antes de tudo assegurar boas condições de trabalho. No regime socialista, a mecanização e a automatização da produção asseguram não só o aumento da produtividade do trabalho, como também a segurança do trabalho, a utilização racional e cuidadosa das forças fisicas e espirituais do homem, a erradicação de muitas doenças profissionais e a diminuição da taxa de acidentes de trabalho.

Os sindicatos soviéticos dão grande importância à criação nas empresas industriais dos centros médico-profilácticos que receberam o nome de sanatórios-preventórios. Nestes centros, os trabalhadores podem descansar e fazer tratamentos depois do dia de trabalho, sem se desligar da produção e sem perder as férias. Os centros são construídos a expensas das empresas e são destinados a fortalecer a saúde dos trabalhadores das mesmas. A empresa assume também as despesas com a sua manutenção.

Na protecção e fortalecimento da saúde dos trabalhadores um importante papel cabe às casas de repouso e aos sanatórios. Os sanatórios são estabelecimentos especializados, em que se aplicam, sobretudo, os remédios naturais (águas minerais, banhos de lodos, etc.) combinados com outros métodos de tratamento. Para as pessoas que não necessitam de tratamentos, há casas de repouso com habitações confortáveis, alimentação, serviços culturais e turísticos. Todos os anos, mais de 50 milhões de trabalhadores soviéticos e membros de suas famílias fortalecem a sua saúde nos sanatórios e casas de repouso.

Uma parte considerável do custo da estadia nas casas de repouso e sanatórios é paga com os meios da previdência social. Na URSS, as organizações sindicais concedem aos trabalhadores gratuitamente 20% dos lugares nos sanatórios e10% dos das casas de repouso. Muitos operários, empregados e camponeses-kolkhozianos (cooperativizados) pagam apenas 30% do preço da estadia nos sanatórios e pensões. Grande parte do orçamento da segurança social é gasto com a alimentação dietética para mais de 3 milhões de pessoas.

São da competência dos sindicatos numerosos acampamentos de pioneiros (de veraneio), desportivos e outros, onde as crianças e adolescentes passam as suas férias. Existem acampamentos e colónias de pioneiros de tipo sanatório, onde além de descansar, as crianças fazem tratamentos;

assim como há acampamentos desportivos, de trabalho e de descanso. Uma parte considerável dos meios da previdência social é consumida pelo turismo, cujo desenvolvimento também entra nas funções dos sindicatos.

Na União Soviética, as pensões de reforma são uma das formas de segurança dos cidadãos idosos e inaptos ao trabalho. Todas as formas de pensões são pagas inteiramente à custa dos meios do sistema estatal de previdência social e dos fundos das organizações sociais (kolkhozianas). As pensões por velhice são pagas às mulheres a partir dos 55 anos de idade e com 20 anos de serviço ininterrupto (ou 25 anos se não têm filhos) e aos homens a partir dos 60 anos de idade e com 25 anos de serviço.

Os sindicatos estão interessados em que os meios destinados pelo Estado para o seguro social sejam utilizados devidamente, isto é, para ajudar aqueles que realmente necessitam. Por isso, os sindicatos trabalham activamente para que as verbas destinadas para estes fins sejam utilizadas racionalmente e aplicam diversas formas e métodos de controlo.

O trabalho eficaz dos sindicatos na gestão do sistema estatal de seguro social explica-se, em grande parte, pelos seus grandes poderes, o direito de iniciativa legislativa e o direito de apresentar aos órgãos dirigentes projectos de leis, decretos e resoluções relativos às questões da previdência social; os sindicatos elaboram e aprovam instruções e regulamentos sobre a ordem de planificação e utilização dos meios do seguro social, as

condições, a ordem de atribuição e pagamento dos subsídios, a distribuição de guias de estadia nos sanatórios e balneários à custa dos meios do seguro social e adoptam decisões sobre a organização e manutenção dos balneários, sanatórios e centros de saúde.

Os sindicatos realizam com a participação de activistas cuja actividade é voluntária e não retribuída um grande trabalho relacionado com a administração do sistema estatal de seguro social. Praticamente, todas as questões da previdência social se resolvem nas organizações sindicais de base pelos activistas sem a participação dos funcionários efectivos. Nos grupos sindicais, por exemplo, este trabalho é cumprido pelos delegados para o seguro. Eles exercem o controlo da realização das medidas para o melhoramento das condições de trabalho, prestam ajuda ao pessoal dos estabelecimentos de saúde e profilaxia na organização do exame médico dos operários, controlam os certificados de doença, participam na elaboração das medidas para a prevenção de doenças e traumatismos e visitam os colegas doentes.

Os comités sindicais dedicam muita atenção aos problemas habitacionais. Toda a área habitacional construída com os meios da empresa distribui-se segundo a ordem estabelecida em conjunto pela administração e o comité sindical. Os comités sindicais conhecem as necessidades dos trabalhadores da empresa e podem determinar objectivamente a ordem da distribuição de habitações entre as famílias de operários e emprega-

dos, concedendo-as em primeiro lugar aos que mais necessitam delas.

Os sindicatos velam pelos interesses dos operários e empregados na distribuição de apartamentos nas casas construídas a expensas do Estado. Os Sovietes de deputados do povo criam para o efeito comissões, incluindo nelas obrigatoriamente representantes dos sindicatos. Os colectivos de trabalhadores exprimem a desconfiança nos dirigentes que violam a ordem da distribuição de habitações. Assim, na URSS, só em 1986, foram chamados à responsabilidade, por exigência dos trabalhadores, mais de 500 dirigentes e cerca de 100 deles exonerados dos cargos por violações cometidas na distribuição de habitações.

O fundo habitacional urbano da URSS caracteriza-se pelo alto nível de comodidades: 90% das casas tem água canalizada, 88% tem esgotos, 87% — aquecimento centralizado e 79% — gás. O Estado assume quase um terço das despesas com a manutenção das casas e serviços comunais. A renda de casa é baixa. Nos EUA, os operários gastam em média 20-30% do salário com a renda de casa, na Inglaterra 25-30%, no Japão cerca de 30%, enquanto que na URSS ela equivale a cerca de 3% do rendimento de uma família operária. Até ao ano 2000 cada família na URSS terá um apartamento isolado ou uma casa própria.

Os representantes dos sindicatos são membros de pleno direito das comissões estatais que autorizam a entrada em uso dos prédios construídos.

Os comités sindicais dão grande atenção à construção de habitações pelas empresas à custa do fundo para a satisfação das necessidades sócio-culturais e de construção habitacional. Este fundo cria-se à custa do lucro da empresa. Quanto melhor trabalha o colectivo da empresa, tanto maiores possibilidades tem para a construção residencial e para a satisfação de outras necessidades sociais e culturais dos trabalhadores.

Os comités sindicais prestam auxílio na construção de habitações cooperativas e individuais e de conjuntos residenciais para a juventude. A ajuda financeira à construção de habitações individuais concede-se através dos fundos de estímulo material das empresas.

Os sindicatos preocupam-se com o melhoramento dos serviços comerciais e sociais para os operários e empregados. Aumenta o volume dos serviços comerciais e sociais prestados no local de trabalho.

Por iniciativa dos comités sindicais, funcionam nas empresas postos de lavandaria, atelier de costura, oficinas de conserto (de calçados, roupa, máquinas de uso doméstico, etc.).

Exerce-se o controlo da qualidade dos serviços. Todas as empresas de serviços à população e os estabelecimentos comerciais estão sob o controlo dos comités sindicais das fábricas e instituições. Criam-se grupos de controladores sociais compostos por operários e empregados. A comissão do comité sindical para as questões habitacionais e sociais dirige o trabalho destes grupos e ajuda a eliminar os defeitos nos serviços à população.

A educação do trabalhador

A edificação da nova sociedade pressupõe não só a criação da base técnico-material moderna da sociedade, mas também a educação do homem harmoniosamente desenvolvido e socialmente activo que reúne em si a riqueza espiritual, a moral imaculada e a perfeição física. Em relação a isto tem especial importância a actividade dos sindicatos voltada para o desenvolvimento e utilização do factor humano.

O factor humano são as qualidades essenciais do trabalhador como a principal força produtiva da sociedade. A activização do factor humano significa a mudança qualitativa na atitude do homem para com o trabalho. Isto assegura-se com a criação de condições necessárias para a realização máxima das aptidões criativas dos trabalhadores.

A intensificação da produção no socialismo não pode ser conseguida sem a atitude interessada e honesta perante o trabalho de cada cidadão, sem a vontade e a capacidade de pensar e de trabalhar de maneira nova. Na activização do factor humano grande papel cabe aos sindicatos.

A tarefa do partido, do Estado, dos sindicatos e de outras organizações sociais é a educação política, ideológica, laboral e moral dos trabalhadores e a formação da sua capacidade de participar activamente na vida da sociedade. A divulgação da concepção marxista-leninista nas massas, o conhecimento por estas das leis do desenvolvimento social, a capacidade de aplicá-las na prática da edificação do socialismo e do comunismo desempenham um importante papel na educação dos trabalhadores.

Na URSS, com a participação activa dos sindicatos foi liquidado em prazos históricos curtos o analfabetismo da população e criado um sistema de instrução pública que assegurou o livre acesso do povo ao conhecimento. Todos os Soviéticos têm o direito à instrução gratuita. Generaliza-se o ensino secundário obrigatório e aumenta o número de estudantes nas escolas de ensino superior e médio especializado. Muitos trabalhadores estudam em faculdades nocturnas e por correspondência, elevando o nível da sua instrução sem abandonar o trabalho na produção.

O trabalho ideológico-educativo dos sindicatos tem um carácter integral, abrangendo todos os aspectos da vida dos trabalhadores. Na URSS, mais de 6 milhões de militantes sindicais dedicam-se a este trabalho. Os sindicatos têm à sua disposição mais de 22 mil clubes e casas de cultura. Nas empresas e nas residências dos trabalhadores existem mais de 326 locais especiais, em que os militantes sindicais promovem palestras, conferências ou organizam concertos de artistas amadores. Em conjunto com ministérios e departamentos, os sindicatos editam 10 jornais e 26 revistas de conteúdo sócio-político e brochuras sobre questões da produção com uma tiragem de 40 milhões de exemplares.

Os sindicatos têm uma ampla rede de universidades populares de diversas esferas do conheci-

mento. Pode frequentá-las qualquer trabalhador, independentemente do nível a sua instrução. Uma forma importante de aumento dos conhecimentos políticos e económicos são as escolas de trabalho comunista e o sistema de ensino económico que ajudam cada trabalhador a aprender os métodos socialistas de gestão da economia. O sistema de instrução económica abrange dezenas de milhões de operários e camponeses-kolkhozianos. O ensino económico conjuga-se com a aplicação dos conhecimentos obtidos na prática.

Os sindicatos preocupam-se também com a educação laboral e, em particular, com a implantação de novas formas colectivas de trabalho. Actualmente, uma parte considerável dos operários soviéticos agrupa-se em brigadas. As brigadas assumem as tarefas de planificação e das normas de trabalho, a distribuição dos quadros dentro do colectivo concreto, a distribuição das tarefas entre os seus membros, o controlo sobre a quantidade e qualidade do trabalho e efectuam o pagamento segundo os resultados finais, tendo em conta o contributo individual de cada trabalhador. Trata-se, portanto, de um sistema de trabalho em que a cada um é vantajoso trabalhar bem.

Um dos pontos-chave do contrato, concluído pelo colectivo com a administração, é a obrigação de respeitar a disciplina do trabalho. De acordo com as normas jurídicas, os colectivos de trabalhadores aplicam sanções aos operários e empregados que violam a disciplina: examinam

a falta na reunião do tribunal de camaradas, privam-nos do prémio, etc. Os próprios trabalhadores têm o direito de consolidar a disciplina não só através da educação, persuasão, estímulo, reprovação, como também aplicando medidas de coacção social.

Os sindicatos realizam grande trabalho também na educação laboral da juventude. Desenvolve-se amplamente o movimento de mentores, quando operários experientes ajudam os jovens a obter conhecimentos e a assimilar os segredos da mestria. Nas empresas, criam-se comissões para o trabalho com os jovens e conselhos para os assuntos dos jovens especialistas. Os museus da glória laboral fazem conhecer os melhores homens do colectivo de trabalhadores, os seus êxitos e realizações.

Os sindicatos dão séria atenção ao trabalho com as mulheres. A concessão à mulher dos mesmos direitos que ao homem de participar em todas as esferas da vida social e de receber salário igual por trabalho igual fez aumentar o interesse pessoal das mulheres (e o da sociedade) em ocupar-se não apenas com os trabalhos domésticos e a educação dos filhos mas também com as actividades profissionais. Na URSS, quase dois terços dos especialistas com instrução secundária ou superior são mulheres. Cerca de dois milhões das melhores trabalhadoras foram condecoradas com ordens e medalhas. Mais de cinco mil têm o título de Herói do Trabalho Socialista e cerca de mil o Prémio Lénine ou o Prémio de Estado. Quatro quintos das mulheres trabalham ou estu-

dam. Aumenta rapidamente o número das mulheres ocupadas predominantemente no trabalho intelectual. O trabalho feminino emprega-se em todas as produções, excepto nas que lhes são nocivas.

Um sector importante da actividade dos sindicatos é a organização do descanso e do lazer dos trabalhadores. Criam diversos clubes e associações segundo os interesses, organizam conferências, palestras, discussões, contribuindo para a elevação do nível cultural dos trabalhadores e influindo no clima sócio-psicológico nos colectivos de trabalhadores.

Os sindicatos ocupam-se da educação estética dos trabalhadores, organizam palestras artísticas, exposições de pintores, festivais de música e dança, de literatura e arte, dias de poesia, festivais de canções, criam teatros populares, estúdios artísticos populares, círculos de artistas amadores, etc.

Aumentou a importância da cultura física e desporto na actividade dos sindicatos. Os sindicatos dispõem de estádios e de complexos desportivos, dirigem as sociedades desportivas, das quais são membros milhares de trabalhadores, o serviço de turismo e excursões e possuem numerosas bases de turismo e hotéis.

A cooperação dos sindicatos dos países socialistas

Actualmente, têm uma particular importância a actividade internacional dos sindicatos dos países socialistas e o fortalecimento da sua cooperação. A comunidade do sistema económico, do regime político e da ideologia, as tarefas comuns na construção do socialismo e do comunismo asseguram a base para o aprofundamento das relações entre os sindicatos dos países irmãos. Muito activos são os contactos entre os sindicatos dos países da comunidade socialista que fazem parte do Conselho de Ajuda Mútua Económica.

A cooperação dos sindicatos irmãos desenvolve-se em primeiro lugar no domínio da produção. Os sindicatos organizam a troca de delegações de trabalhadores para o intercâmbio de experiências avançadas. Para as empresas dos países amigos enviam-se brigadas e operários de vanguarda. Esta forma de cooperação é amplamente difundida. Organizam-se regularmente reuniões para o intercâmbio de experiências de trabalho dos sindicatos dos países socialistas no domínio do seguro social, protecção do trabalho, desenvolvimento do serviço de sanatórios e balneários, da imprensa sindical, etc.

Tem especial importância a emulação socialista internacional que se desenvolve sob a direcção imediata dos sindicatos dos países do CAME.

Trata-se, em primeiro lugar, da emulação entre os colectivos de trabalhadores que participam na construção e exploração conjunta de empresas em conformidade com os programas a longo prazo de cooperação dos países membros do CAME. A emulação desenvolve-se também entre os colectivos das empresas e organizações que efectuam os fornecimentos especializados e coorde-

nados para os países do CAME. A emulação internacional abrange os colectivos de trabalhadores das secções e estações fronteiriças dos caminhos-de-ferro, das companhias aéreas que prestam assistência às rotas internacionais de amizade e das companhias de navegação, dos portos e navios mercantes que atendem os países irmãos. Por exemplo, participam activamente na emulação socialista a companhia aérea búlgara "Balkan" e as companhias da aviação civil da União Soviética, da RDA, da Hungria e da Polónia. Como resultado, melhoraram os serviços prestados aos passageiros, reduziu-se o tempo de reparação dos aviões, aumentou a regularidade dos voos e obteve-se grande economia de combustíveis. E, finalmente, a emulação desenvolve-se entre os colectivos das empresas congéneres e as organizações técnico-científicas.

A emulação socialista internacional é um elemento importante do alargamento e fortalecimento da base material, da unidade política e da coesão da comunidade socialista. A emulação socialista contribui não só para o cumprimento das tarefas produtivas, como também para a educação da elevada consciência internacionalista dos operários, da camaradagem, do colectivismo e da responsabilidade pessoal perante os seus irmãos de classe. Um traço característico da emulação é a preocupação dos trabalhadores não só com os seus interesses e do seu país, mas também com os da comunidade socialista no seu conjunto. Nisto manifesta-se o novo conteúdo qualitativo das relações entre os países da comunidade socialista.

V. O MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL

A história do movimento sindical internacional está ligada à formação das associações sindicais internacionais.

A unidade do movimento sindical mundial decorre logicamente do carácter internacionalista do movimento operário mundial. A organização operária mais representativa e activa é a Federação Sindical Mundial (FSM).

A Federação Sindical Mundial foi fundada em 1945. As posições liderantes da FSM no movimento sindical mundial devem-se à sua atitude de classe para com as questões importantes, relacionadas com os interesses vitais dos trabalhadores. Ela luta contra o imperialismo e o colonialismo, o racis-

mo e o fascismo, pela paz, democracia e transformações sociais radicais. Fazem parte da FSM os sindicatos dos países socialistas, muitos dos capitalistas e em vias de desenvolvimento, agrupados em 83 centrais nacionais (de 76 países) congregando 206 milhões de membros.

De acordo com os seus estatutos, a actividade da Federação assenta nos princípios seguintes: a democracia interna nos sindicatos; os contactos permanentes com os sindicatos membros da FSM, a ajuda e apoio fraterno no trabalho; o intercâmbio regular de informação e de experiência de trabalho sindical com vista a reforçar a solidariedade do movimento operário internacional; a coordenação das acções das organizações operárias na realização dos seus objectivos e tarefas internacionais.

A FSM defende consequentemente os interesses do povo trabalhador, luta contra as tentativas da reacção imperialista de debilitar o movimento sindical, dirige a luta contra a exploração capitalista, a política dos monopólios e pela unidade de acção dos trabalhadores nos domínios económico e político. O XI Congresso Mundial dos Sindicatos (organismo superior da FSM) realizado em 1986 aprovou uma série de resoluções orientadas para a defesa dos interesses de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Tendo em consideração as consequências da revolução científico-técnica que no capitalismo se manifestam na intensificação da exploração do trabalho, na diminuição do emprego e nos sérios problemas ecológicos, o congresso elaborou medidas concretas de

influência dos sindicatos sobre os processos de aplicação de novas tecnologias na produção. Entre elas: acções conjuntas contra as transnacionais e contra a transferência de capitais para os países em que não se respeitam as regras laborais internacionais. Prevê-se adoptar medidas para deter o aumento do desemprego, reduzir a jornada de trabalho e diminuir a idade de reforma (para que os jovens possam preencher as vagas).

Sério papel no movimento sindical internacional é desempenhado pelas Uniões Internacionais de Sindicatos (UIS), agrupamentos dos sindicatos por sectores, criados por iniciativa da Federação Sindical Mundial. Existem as UIS dos trabalhadores das indústrias metalúrgica, têxtil, química, alimentar e outras. Fazem parte das UIS os sindicatos dos países socialistas, muitos dos capitalistas e em vias de desenvolvimento. As UIS têm os seus estatutos e organismos dirigentes, celebram conferências e trocam delegações. Procuram consolidar os trabalhadores dos ramos afins da produção de diferentes países para a defesa dos seus interesses, coordenam a luta pela melhoria das condições sócio-económicas, prestam ajuda directa aos sindicatos de diferentes países na sua actividade e na luta pela paz e a democracia. A actividade multiforme das UIS alarga a esfera de influência da FSM e contribui para a política de unidade do movimento sindical internacional.

A FSM luta pela criação e fortalecimento de sindicatos democráticos e progressistas nos países libertados da Ásia, África e América Latina, pela garantia das liberdades sindicais e da legislação

social e pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida da população. O Congresso Mundial dos Sindicatos realizado em 1953 recomendou ajudar os sindicatos dos países coloniais e semicoloniais a promoverem conferências regionais. E já em 1956, realizou-se em Damasco a conferência de representantes dos sindicatos do Egipto, Síria, Líbano, Líbia e de outros países árabes, na qual foi instituída a Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes. Em 1957, na conferência de Cotono, foi fundada a união geral dos trabalhadores da África tropical, primeira associação dos sindicatos africanos, na qual entraram sindicatos dos países da África Ocidental e Equatorial.

Em 1961 foi fundada a organização sindical democrática única do proletariado africano: a Federação Pan-Africana dos Sindicatos (FPAS). Mas em 1962, os líderes sindicais reformistas criaram a sua Confederação Sindical Africana (CSA). No entanto, venceu a aspiração à unidade: em 1972, base do acordo entre a FPAS e a CSA e com o apoio da Organização de Unidade Africana foi proclamada a fundação da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA) que agrupou nas suas fileiras sindicatos de diferentes orientações.

O movimento sindical desenvolveu-se também em outras regiões. Em 1964, em Brasília foi formado o Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (CPUSTAL),que contribuiu para ampliação dos vínculos internacionais entre os sindicatos latino-americanos e os sindicatos de outros continentes e para a sua participação na luta anti-imperialista. O CPUSTAL manifesta-se pelas acções conjuntas em defesa dos direitos dos trabalhadores, pela nacionalização da propriedade de monopólios estrangeiros, pela reforma agrária democrática e pela planificação do desenvolvimento sócio-económico no interesse dos trabalhadores. Do CPUSTAL fazem parte a Central Sindical dos Trabalhadores de Cuba, a Confederação Sindical dos Trabalhadores da Colômbia, a Confederação dos Trabalhadores do Equador, a Confederação Geral dos Trabalhadores Costarriquenhos, o Centro Sindical Unitário dos Trabalhadores da Venezuela, o Centro Sindical Nacional dos Trabalhadores Panamenhos, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, etc. Ao Congresso aderiram as uniões sindicais sectoriais, criadas com o auxílio das UIS, a Confederação Latino-americana dos trabalhadores da indústria petrolífera e algumas outras associações sindicais do continente.

A Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que representa a ala reformista no movimento sindical mundial, foi fundada em 1949 como resultado da cisão da Federação Sindical Mundial, inspirada pelos líderes sindicais reaccionários dos EUA e Grã-Bretanha. Agrupa sindicatos dos países capitalistas e dos países em vias de desenvolvimento (129 organizações de 92 países e territórios, em 1982). Os dirigentes da CIOSL aplicam a política conciliadora e predicam a "parceria social".

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, a CIOSL critica a ofensiva dos monopólios contra os direitos sociais e os interesses económicos dos trabalhadores. Isto deve-se, em particular, ao agravamento das contradições entre as massas trabalhadoras e o capitalismo monopolista de Estado. A necessidade de resistir à ofensiva dos monopólios contra o nível de vida e os direitos dos trabalhadores obriga sindicatos de diferentes orientações a agirem em conjunto. Numa série de questões, a CIOSL actua em comum com a FSM Um número cada vez maior de sindicatos da CIOSL estabelece contactos com os sindicatos dos países socialistas.

A Confederação Mundial do Trabalho (CMT), associação sindical internacional reformista (até 1968, Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos), inclui 85 sindicatos nacionais de 82 países e conta com cerca de 15 milhões de filiados (1982). Propugna a colaboração de classe entre o trabalho e o capital. Ao mesmo tempo, reivindica dos capitalistas certas concessões sócio-económicas a favor dos trabalhadores. Na política externa, a CMT pronuncia-se contra a guerra e pelo desarmamento. A CMT tem organizações regionais na América Latina e Ásia. Nalgumas questões, no fundamental relacionadas com os problemas da guerra e da paz, actua em comum com a FSM.

A etapa actual no desenvolvimento do movimento operário e sindical internacional é condicionada pela mudança considerável ocorrida na correlação de forças a favor da paz, o progresso

e o socialismo. A necessidade de cessar a corrida aos armamentos e assegurar o desarmamento conduz a acções enérgicas por parte das forças sociais pacíficas, incluindo o movimento sindical internacional.

Na luta pela paz

A luta dos sindicatos pela salvaguarda da paz tem profundas raízes sócio-económicas. Só em condições de paz podem ser cumpridas as reivindicações dos sindicatos orientadas para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. O desenvolvimento do material de guerra é acompanhado pelo aumento vertiginoso do preço das armas. Cada nova "geração" de armamentos é aproximadamente duas vezes mais cara do que a que veio substituir. O aumento da produção dos armamentos exige muitos milhares de milhões de dólares suplementares. Estas despesas recaem sobre os ombros dos trabalhadores, provocam o aumento dos impostos e dos preços e a redução das despesas sociais, ou seja, conduzem à diminuição do nível de vida dos trabalhadores. A aceleração dos preparativos de guerra faz com que aumente ainda mais o desemprego, pois investimentos iguais criam na produção militar em média quase duas vezes menos postos de trabalho do que nas produções civis.

Os sindicatos congregam mais de 400 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta. No decurso da luta pela paz e o desarmamento

e contra a corrida aos armamentos verificou-se a aproximação notável das posições dos sindicatos, independentemente da sua orientação. Na luta antibélica desempenham um papel especial a Federação Sindical Mundial e as Uniões Internacionais dos Sindicatos que a ele aderem. Manifestam-se pela cessação da corrida aos armamentos que, a cada minuto que passa, absorve mais de um milhão e meio de dólares. Com a produção de armamentos gastam-se somas enormes, enquanto que no mundo capitalista há todo um "exército" de desempregados, mais de um bilião de analfabetos e mais de 50 milhões de pessoas morrem anualmente em consequência da fome e doenças. As despesas militares anuais dos países capitalistas são 30 vezes superiores à ajuda económica prestada aos países em vias de desenvolvimento. Os sindicatos exigem que os meios que se gastam com os armamentos sejam utilizados para fins pacíficos e, em particular, para a criação de novos postos de trabalho nos mais diversos ramos e em primeiro lugar, onde o nível de desemprego é muito alto.

Actualmente, nenhum membro do sindicato e nenhum dirigente sindical, quaisquer que sejam as suas concepções e convicções políticas, podem ficar indiferentes para com os problemas da guerra e da paz. As organizações sindicais desenvolveram a campanha "Sindicatos e trabalhadores pela paz e trabalho". Procuram que sejam concluídos acordos internacionais sobre a redução imediata das despesas militares, pelo menos, a 10%, a suspensão dos projectos de novos tipos

de armas, a proibição de todas as experiências nucleares, a não proliferação da corrida aos armamentos no Espaço e a sua cessação na Terra, a redução dos armamentos nucleares e a liquidação total de todas as armas nucleares, químicas e de outros meios de extermínio em massa.

A eficiência do movimento "Sindicatos e trabalhadores pela paz e trabalho" depende da conjugação estreita das exigências antibélicas com a defesa dos interesses sócio-económicos dos trabalhadores.

No movimento antibélico, participam sindicatos da RFA, Grã-Bretanha, Bélgica, Noruega, como também a Confederação Geral do trabalho da França, a CGTP — Intersindical Nacional de Portugal, as Comissões Operárias de Espanha, a Confederação Geral Italiana do Trabalho, etc. O Congresso da Confederação Sindical Europeia, realizado em 1985 em Milão, pronunciou-se contra a militarização do Espaço e pela desnuclearização da Europa e apoiou a iniciativa sobre a criação de zonas desnuclearizadas no continente. Os resultados destes esforços são cada vez mais visíveis. Só na Europa Ocidental, mais de 250 cidades foram declaradas livres de todos os tipos de armas nucleares. Os sindicatos da maioria dos países libertados aplicam uma política consequente nos problemas da guerra e da paz.

O movimento sindical antibélico activiza-se em diferentes regiões do mundo. Dá-se a estes problemas grande atenção nas conferências dos países do Báltico, do Pacífico, de Nova Delhi, nos

encontros sindicais dos países da Ásia e Oceânia, dos países da América Latina e o Caribe, etc. Por exemplo, a XXVI Conferência Operária dos países do Báltico, da Noruega e Islândia (1985) tomou a iniciativa de promover um encontro sindical regional para os problemas da criação de zonas desnuclearizadas e propôs convocar a conferência dos sindicatos nacionais europeus para elaborar um amplo programa de acção, visando desenvolver a estreita cooperação sindical na luta antibélica. A conferência de Nova Delhi aprovou uma resolução especial sobre a transformação do Pacífico em zona desnuclearizada e do Índico em zona de paz. Têm ampla difusão os encontros internacionais dos trabalhadores de uma ou outra profissão, nos quais se discutem as possibilidades da reconversão, isto é, de fazer passar a produção militar para a via pacífica.

O XI Congresso mundial dos sindicatos, realizado em 1986, dirigiu aos dirigentes da URSS, dos EUA e à ONU o pedido de tomarem medidas urgentes para concluir os tratados internacionais sobre a cessação da corrida aos armamentos e de todas as experiências nucleares, a liquidação das armas nucleares e doutras armas de extermínio em massa e a utilização dos meios resultantes do desarmamento para a aceleração do desenvolvimento sócio-económico.

Os sindicatos como as organizações mais numerosas dos trabalhadores constituem um importante factor da sua união na luta pelo direito ao trabalho, por melhores condições de vida, prosperidade e paz em todo o mundo.

VOCABULÁRIO

Anarco-sindicalismo, corrente oportunista no movimento operário. Nega a luta política e o papel dirigente dos partidos políticos da classe operária. Considera como forma superior de organização da classe operária os sindicatos, aos quais devem ser entregues os meios de produção.

Automatização da produção, processo de substituição do trabalho manual pelos aparelhos e mecanismos automáticos e de redução das tarefas dos operários às funções de controlo, ajustamento e reparação das máquinas. No capitalismo, a automatização utiliza-se para intensificar a exploração dos operários e conduz ao aumento do desemprego. No socialismo, a automatização realiza-se planificadamente, nas condições do pleno emprego.

Burguesia, classe dominante da sociedade capitalista, proprietária dos meios de produção. Explora o trabalho assalariado.

Capitalismo monopolista de Estado, grau de desenvolvimento do capitalismo monopolista que se caracteriza pela união da força dos monopólios à força do Estado, a fim de conservar e fortalecer o regime capitalista, enriquecer os monopólios, esmagar os movimentos operário e de libertação nacional e desencadear as guerras de agressão.

Centralismo democrático, princípio de direcção da sociedade socialista e de estruturação e actividade do partido, do Estado e das organizações sociais. Significa a elegibilidade

dos organismos dirigentes da base ao topo, a obrigatoriedade de os organismos dirigentes prestarem periodicamente contas da sua actividade às organizações que os elegeram, a subordinação da minoria à maioria e o carácter obrigatório das resoluções dos organismos superiores para os inferiores.

Classes, grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem.

Crise económica, fase do ciclo capitalista que se caracteriza pela quebra da produção, pelo subemprego das capacidades de produção, pelo aumento do desemprego, pela perturbação no sistema monetário e de crédito interno e nas relações monetário-financeiras internacionais.

Concorrência, luta antagónica entre os produtores privados por condições mais vantajosas de produção e venda de mercadorias. Engendra-se pela propriedade privada dos meios de produção e actua como mecanismo de regulação espontânea da produção social no capitalismo.

Desnacionalização, devolução pelo Estado burguês dos bens nacionalizados (empresas, bancos, terra, acções, etc.) aos proprietários privados. É efectuada pelo Estado burguês.

Ditadura do proletariado, poder da classe operária que se estabelece como resultado da revolução socialista e tem por objectivo construir a sociedade socialista e passar para a edificação do comunismo. Significa o papel dirigente da classe operária em aliança com o campesinato e outras forças democráticas. Realiza uma ampla democracia para os trabalhadores e esmaga a resistência das classes exploradoras.

Expansão, ampliação da esfera do domínio dos monopólios e do Estado capitalista com métodos económicos (exportação de capitais, empréstimos leoninos) e extro-económicos (conquistas armadas).

Exploração, apropriação gratuita dos frutos do trabalho dos produtores directos. Suprime-se sob o socialismo com a abolição da propriedade privada e das classes exploradoras.

Deterioração absoluta e relativa da situação do proletariado, diminuição do nível de vida do proletariado, aumento do desemprego, da inflação e da intensidade do trabalho (deterioração absoluta); a diminuição da parte correspondente à classe operária no rendiminto nacional e na riqueza nacional (deterioração relativa).

Forças produtivas, meios de produção e homens que constituem o sistema que exprime a atitude activa do homem perante a natureza, a exploração e desenvolvimento das suas riquezas.

Formação sócio-económica, etapa determinada no desenvolvimento histórico. Toda a história da sociedade é um processo de desenvolvimento e sucessão de formações (comunidade primitiva, esclavagismo, feudalismo, capitalismo e comunismo), cada uma das quais possui leis específicas de surgimento e desenvolvimento. Nem todos os países e povos passam necessariamente por todas as formações. Na época actual, alguns povos passam para a constução do socialismo evitando a fase capitalista.

Fura-greves, pessoas utilizadas pelos patrões que procuram frustrar uma greve. Escolhem-se entre os elementos marginalizados e inconscientes e entre os desempregados.

Imperialismo, capitalismo monopolista, fase superior e última do capitalismo, véspera da revolução socialista. Na sociedade imperialista domina a oligarquia financeira que concentra nas suas mãos o capital fundido dos monopólios industriais e bancários. Os diversos grupos da oligarquia financeira lutam pelos mercados de venda, as fontes de matérias-primas, as esferas de aplicação de capitais; criam-se os monopólios internacionais (corporações transnacionais).

Inflação, emissão excessiva de papel-moeda em relação às necessidades da circulação mercantil; é inerente à economia capitalista e provoca a subida dos proços, a desvaloriza-

ção da moeda em relação ao ouro e a diminuição do salário real.

Integração económica, forma de internacionalização da vida económica, processo objectivo de entrelaçamento das economias nacionais e de aplicação de uma política económica interestatal coordenada.

Intensidade do trabalho, grau de tensão do trabalho determinado pelos gastos do trabalho numa unidade de tempo.

Investimento, colocação de capitais a longo prazo nos ramos da economia e no estrangeiro.

Lock-out, forma de luta dos capitalistas contra a classe operária que se exprime no encerramento de empresas e no despedimento massivo dos operários para exercer pressão sobre eles e esmagar as greves.

Luta de classes, luta entre as classes, cujos interesses são incompatíveis ou antagónicos. A luta da classe operária sob a direcção do partido político conduz à revolução socialista.

Monopólio, associação capitalista que controla os mercados mediante a concentração dos recursos materiais e financeiros com o fim de obter o lucro de monopólio e estabelecer os preços de monopólio.

Monopólios internacionais, grandes companhias capitalistas com capitais investidos no estrangeiro; uniões de companhias de diferentes países que estabelecem o seu domínio nas esferas concretas da economia capitalista mundial a fim de extrair os lucros máximos.

Neocolonialismo, sistema de relações económicas e políticas desiguais impostas pelos Estados imperialistas aos países em vias de desenvolvimento.

Nova ordem económica internacional, política económica dirigida para assegurar a liberdade de escolher o sistema económico e social, a inadmissibilidade de ocupar territórios pela força, a integridade territorial, a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e a soberania completa de cada país em relação aos seus recursos naturais e à economia nacional.

Piquete de greve, grupo de operários em greve, cuja tarefa é impedir a penetração dos fura-greves na empresa.

Reformismo no movimento operário, corrente política que nega a necessidade da revolução socialista e da ditadura do proletariado, se pronuncia pela colaboração entre as classes e procura transformar o capitalismo numa sociedade de justiça social por meio de reformas realizadas dentro dos marcos da legalidade burguesa.

Relações de produção, conjunto das relações materiais, económicas, entre os homens no processo de produção social; exprime as relações de propriedade que condicionam a distribuição dos meios de produção e dos homens na produção social.

Rendimento nacional, novo valor criado na produção material num ano, ou parte do produto social bruto que resta depois de descontados todos os gastos materiais com a sua produção.

Salário (no capitalismo), forma de remuneração do trabalho que camufla a apropriação do trabalho não remunerado e mascara as relações de exploração capitalista.

Seguro social nos países socialistas, sistema estatal de assistência material aos trabalhadores na velhice ou nos casos de incapacidade de trabalho. Realiza-se à custa dos fundos sociais de consumo, sem descontos do salário.

Trade-unionismo, corrente no movimento operário e sindical dos países capitalistas que reduz os objectivos do movimento operário à luta por condições mais vantajosas de venda da sua força de trabalho e por reformas limitadas no quadro do Estado burguês.

Via de desenvolvimento não capitalista, process revolucionário que cria as premissas para a construção do socialismo nos países economica e socialmente atrasados da Ásia, África e América Latina, que se libertaram da dependência colonial.

Índice

I. Os sindicatos: a sua formação e papel na sociedade 3
Acerca da história da criação 3
A teoria revolucionária do proletariado . 14

II. Os sindicatos no mundo capitalista contemporâneo 20
O capitalismo na actualidade 20
Os monopólios passam à ofensiva . . . 25
Os trabalhadores dão réplica ao capital . 36
A classe atacante 41

III. O movimento sindical nos Estados libertados 47
Na luta contra o neocolonialismo . . . 50
Por uma nova ordem económica 62
"Não ao apartheid!" 76
Os sindicatos nos países de orientação socialista 82

IV. Nas condições do socialismo 88
Os sindicatos no sistema político do socialismo 89
A incorporação dos trabalhadores na gestão da produção 112
O aperfeiçoamento das relações sociais . .
A educação do trabalhador 122
A cooperação dos sindicatos dos países socialistas 126

V. O movimento sindical internacional . . . 129
Na luta pela paz 135
Vocabulário 139

abc DOS CONHECIMENTOS SOCIAIS E POLITICOS

A colecção ABC dos Conhecimentos Sociais e Políticos inclui:

1. Marx, Engels, Lénine sobre a sociedade (Antologia)
2. Que é o marxismo-leninismo?
3. Que é a economia política?
4. Que é a filosofia?
5. Que é o comunismo científico?
6. Que é o materialismo dialéctico?
7. Que é o materialismo histórico?
8. Que é o capitalismo?
9. Que é o socialismo?
10. Que é o comunismo?
11. Que é o trabalho?
12. Que é a mais-valia?
13. Que é a propriedade?
14. Que são as classes e a luta de classes?
15. Que é o partido?
17. Que é a revolução?
18. Que é o poder dos trabalhadores?
19. Que é o período transitório?
20. Que é o sistema mundial do socialismo?
21. Que são os sindicatos?
22. Que é a revolução técnico-científica?
23. Que é a personalidade?
24. Que é...?

ISBN 5-01-001270-7